



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE LICENCIATURA  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**SALVADOR  
2020**

**REITORA**  
LUZIA MATOS MOTA

**PRÓ-REITOR DE ENSINO**  
PHILIFE MURILLO SANTANA DE CARVALHO

**COORDENADORA DO CURSO**  
MÔNICA SOUZA MOREIRA

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO  
(PIC)**

ANA RITA SILVA ALMEIDA CHIARA  
ANDREA MARIA ROCHA RODRIGUES  
CLAUDIA CUNHA TORRES DA SILVA  
ISIS CEUTA PINTO ALVES  
JAQUELINE SOUZA DE OLIVEIRA  
LYGIA G. F. ZIGOLIS FILHA DE OLIVEIRA  
MOEMA FERREIRA SOARES  
MÔNICA SOUZA MOREIRA  
THALITA CHAGAS SILVA ARAUJO

**COMISSÃO DE REVISÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)**

CRISTIANE COPQUE DA CRUZ SANTOS DE SANTANA  
DIELSON PEREIRA HOHENFELD  
EGINALDO BOMFIM  
ELISÂNGELA REIS FRAGA DE OLIVEIRA  
MÔNICA SOUZA MOREIRA  
ROBERTO DA CRUZ MELO  
CRISTIANE DE ALMEIDA VIEIRA DA SILVA  
JAQUELINE SOUZA DE OLIVEIRA

<b>DADOS DO CURSO</b>	
<b>HABILITAÇÃO</b>	Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica na forma de Programa Especial de Formação Pedagógica
<b>ENDEREÇO</b>	Av. Araújo Pinho, nº 39, Canela
<b>DESCRIÇÃO DO CURSO</b>	Curso de Formação Pedagógica para bacharéis ou tecnólogos não-licenciados
<b>DATA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO</b>	Aula Magna 09 de maio de 2018
<b>REGIME ACADÊMICO</b>	Modular
<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	250 vagas
<b>MODALIDADE</b>	A Distância
<b>NÚMERO DE POLOS</b>	10 polos
<b>REGIME DE MATRÍCULA</b>	Semestral
<b>DIMENSÃO DAS TURMAS</b>	Máximo 50 alunos por polo
<b>TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO</b>	3 semestres
<b>TEMPO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO</b>	4 semestres <sup>1</sup>
<b>TOTAL DE CRÉDITOS</b>	58 créditos
<b>CARGA HORÁRIA</b>	Carga Horária de Créditos Teóricos - 420 horas Carga Horária de Créditos Práticos - 480 horas Carga Horária de Estágio - 300 Carga Horária de Atividades Complementares - 200 horas Carga Horária Total - 1100h
<b>FORMA DE INGRESSO</b>	Edital

<sup>1</sup> Quando a oferta for por meio de Programas Especiais, o tempo de integralização atenderá às normas impostas pela Instituição de Fomento, conforme Edital de Processo Seletivo.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AC</b>	Atividades Complementares
<b>AVA</b>	Ambiente Virtual de Aprendizagem
<b>AVT</b>	Ambiente Virtual de Trabalho
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAPNE</b>	Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CENTEC-BA</b>	Centro de Educação Tecnológica da Bahia
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONAES</b>	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>CONAES</b>	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>CORES</b>	Coordenação de Registro Escolar
<b>CPA</b>	Comissão Própria de Avaliação
<b>CPA</b>	Comissão Própria de Avaliação
<b>DCN</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>DED/CAPES</b>	Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>EAD</b>	Educação a Distância
<b>EBTT</b>	Ensino Básico, Técnica e Tecnológica
<b>EP</b>	Educação Profissional
<b>EPT</b>	Educação Profissional e Tecnológica
<b>EPT</b>	Educação Profissional e Tecnológica
<b>ETFBA</b>	Escola Técnica Federal da Bahia
<b>FP</b>	Formação Pedagógica
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
<b>GRA</b>	Gerência de Registro Escolar
<b>IAT</b>	Instituto Anísio Teixeira
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IE</b>	Instituição Educativa
<b>IFBA</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
<b>IFETs</b>	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IRDEB</b>	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
<b>LEPT</b>	Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica
<b>Libras</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura

<b>NAPNE</b>	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
<b>NDE</b>	Núcleo Docente Estruturante
<b>PAAE</b>	Programa de Assistência e Apoio ao Estudante
<b>PC</b>	Programas Complementares
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PNEE</b>	Necessidades Educacionais Específicas
<b>PPC</b>	Proposta Pedagógica do curso
<b>PPC</b>	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
<b>PPI</b>	Projeto Pedagógico Institucional
<b>PROEN</b>	Pró-Reitoria de Ensino
<b>PU</b>	Programas Universais
<b>RFEPCT</b>	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
<b>SEC</b>	Secretaria de Estado da Educação do Estado da Bahia
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SESU</b>	Secretaria de Ensino Superior
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>SUAP</b>	Sistema Unificado de Administração Pública
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil
<b>UCSAL</b>	Universidade Católica do Salvador –
<b>UEFS</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana
<b>UESB</b>	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
<b>UESC</b>	Universidade Estadual de Santa Cruz
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>UNED</b>	Unidades de Ensino Descentralizadas
<b>UNIFACS</b>	Universidade Salvador

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b>	Indicador de adequação da formação docente para Ensino Médio - Bahia - 2019	<b>15</b>
<b>Quadro 1 :</b>	Matriz Curricular	<b>26</b>
<b>Quadro 2:</b>	Componentes Curriculares por Núcleo	<b>28</b>
<b>Quadro 3:</b>	Momentos de construção dos <i>Diários Online</i>	<b>40</b>
<b>Quadro 4:</b>	Atividades Complementares	<b>42</b>
<b>Quadro 5:</b>	Quadro Docente da Primeira Turma	<b>65</b>
<b>Quadro 6:</b>	Quadro de Tutoria da Primeira Turma	<b>66</b>
<b>Quadro 7:</b>	Equipe Multidisciplinar	<b>68</b>
<b>Quadro 8:</b>	Relação dos Polos	<b>69</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1	HISTÓRICO DO IFBA	8
1.2	HISTÓRICO UAB-IFBA	10
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>CONCEPÇÃO DO CURSO</b>	<b>17</b>
3.1	OBJETIVOS DO CURSO (GERAL E ESPECÍFICOS)	20
3.2	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	20
<b>3.2.1</b>	<b>Competências</b>	<b>21</b>
3.3	REQUISITOS DE ACESSO	23
<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b>	<b>24</b>
4.1	ESTRUTURA CURRICULAR	24
4.2	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	26
4.3	METODOLOGIA	29
4.4	COMPONENTES CURRICULARES DE EXIGÊNCIA LEGAL COM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	34
<b>4.4.1</b>	<b>Educação das relações étnico-raciais</b>	<b>34</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Educação ambiental</b>	<b>36</b>
<b>4.4.3</b>	<b>Educação em direitos humanos</b>	<b>36</b>
4.5	INTERDISCIPLINARIDADE	37
4.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	38
4.7	ESTÁGIO	39
<b>4.7.1</b>	<b>Atividades Complementares (AC)</b>	<b>41</b>
<b>4.7.2</b>	<b>Organização e Validação das Atividades Complementares</b>	<b>43</b>
4.8	POLÍTICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	44
<b>4.8.1</b>	<b>Política de Ensino</b>	<b>44</b>
<b>4.8.2</b>	<b>Política de Pesquisa</b>	<b>44</b>
<b>4.8.3</b>	<b>Política de extensão</b>	<b>46</b>
<b>4.8.4</b>	<b>Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>47</b>
4.9	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	48
<b>5</b>	<b>ACESSIBILIDADE</b>	<b>50</b>
<b>6</b>	<b>SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b>	<b>52</b>
<b>7</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>54</b>
7.1	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	54
7.2	PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNO E EXTERNO	57
7.3	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS	58
<b>8</b>	<b>GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO</b>	<b>60</b>
8.1	COLEGIADO	60

8.2	COORDENAÇÃO	61
8.3	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	63
<b>9</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>65</b>
9.1	CORPO DOCENTE	65
9.2	COORDENAÇÃO DE TUTORIA	66
9.3	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	67
9.4	EQUIPE TECNICO-ADMINISTRATIVO	68
9.5	INSTALAÇÕES	69
<b>10</b>	<b>CERTIFICAÇÃO</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>
	<b>Apêndices</b>	<b>79</b>
	<b>Apêndice A: Ementário/Ementas do Ciclo um</b>	<b>80</b>
	<b>Apêndice B: Ementário/Ementas do Ciclo dois</b>	<b>85</b>
	<b>Apêndice C: Ementário/Ementas do Ciclo três</b>	<b>92</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), realizado na forma de Programa Especial de Formação Pedagógica, será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de Educação a Distância (EAD). A primeira oferta desse curso ocorrerá em conformidade com o Edital 075/2014 da Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DED/CAPES) e a segunda oferta será concretizada por meio da aprovação no Edital Nº 05/2018 pela mesma instituição de fomento.

O curso objetiva a Formação Pedagógica de profissionais graduado não licenciados, portadores de diploma de nível superior, que atuam na docência ou desejam habilitar-se para seu exercício, atendendo à necessidade de formação docente, tanto para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) quanto para as demais Redes Públicas de Educação. Na composição da oferta de vagas, além dos servidores que já atuam nas referidas redes de ensino, será disponibilizado um percentual, entre 20 (vinte) a 30 (trinta) por cento para a demanda social.

A oferta da Licenciatura em EPT configura-se numa importante contribuição para que o IFBA atenda às recomendações constantes na Lei nº 11.892/2008 que, em seu Artigo 7º, inciso II, alínea b. Nesse trecho da legislação, que apresenta as finalidades e as características dos Institutos Federais relacionados à oferta de diferentes cursos de educação superior, temos a obrigatoriedade da realização de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, “[...] com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim sendo, o curso ora apresentado, contribui para que o IFBA, como instituição pública de ensino, possa cumprir a missão de “[...] promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país” (IFBA, 2013, p. 20).

## 1.1 HISTÓRICO DO IFBA

O IFBA originou-se das Escolas de Aprendizes e Artífices da Bahia criada por Nilo Peçanha no ano de 1909, com cursos de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria. Em 1926, a Escola foi instalada, temporariamente, no bairro do Centro da cidade de Salvador e, posteriormente, transferida para o bairro do Barbalho. Em 1937, houve uma mudança de subordinação das Escolas de Formação de Aprendizes Artífices, que estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e que, a partir daí, passaram a compor o Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse período houve nova alteração na nomenclatura da instituição, que passou a ser chamada de Liceu Industrial de Salvador.

Nesse espaço de tempo, as citadas escolas ministravam o ensino profissionalizante de 1º ciclo (ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem), que permaneceu até o ano de 1942, quando o Liceu Escola Técnica de Salvador passou a ofertar, simultaneamente, o ensino profissionalizante do 2º ciclo (ensino técnico e ensino pedagógico). No ano de 1965, a instituição passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA).

No ano de 1969, as Escolas Técnicas Federais, por intermédio do Decreto nº 547/69, foram autorizadas a oferecer cursos profissionais de nível superior de curta duração. O Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC-BA) foi criado pela Lei nº 6.344 de 06 de julho de 1976, como uma autarquia federal do Ministério da Educação e Cultura para ofertar o ensino tecnológico em nível superior. A primeira sede do CENTEC-BA foi, inicialmente, instalada na cidade de Salvador e, no segundo semestre de 1981, foi transferida para a cidade de Simões Filho, cuja edificação foi preparada especificamente para sediar uma Universidade Tecnológica.

A Lei nº 8711/1993 transformou a ETFBA em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) e incorporou o CENTEC-BA ao CEFET-BA. Nesse ínterim, ocorreu a expansão do CEFET-BA com a criação e implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) nas cidades de Barreiras; Vitória da Conquista; Eunápolis e Valença.

A Lei nº 11892/2008 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), os quais incorporaram os CEFET, as Escolas Agrotécnicas e as

Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. O IFBA, como todos os outros IFETs, é uma instituição pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O Estado da Bahia, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), possuía em 2015 15.203.934 habitantes, sendo a quarta maior população do Brasil. As principais atividades econômicas do Estado são a Indústria, Comércio e Serviços e a Agropecuária, respectivamente. A Bahia é o quinto maior estado do Brasil e o maior do Nordeste, ocupando uma área de 564.692 km<sup>2</sup>, no qual se identifica três biomas: a Caatinga, a Mata Atlântica e o Cerrado. O estado possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,660 na faixa do Desenvolvimento Humano Médio, ocupando a 22<sup>a</sup> posição no Brasil.

A agropecuária, a indústria, a mineração, o turismo e os serviços constituem as principais fontes econômicas da Bahia, o qual atualmente possui o oitavo maior PIB no País. O desenvolvimento econômico traz benefícios sociais, mas, não sendo completamente sustentável, acarreta alterações socioambientais negativas. Na produção agropecuária, retira-se a cobertura vegetal original, substituindo-a por pastagens e lavouras, acarretando erosão, poluição e contaminação do solo e dos mananciais. O espaço geográfico, na extração mineral, tem o seu arranjo espacial desequilibrado.

As indústrias são responsáveis por grandes impactos ambientais, pois geram matérias biológicas, gases e líquidos os quais poluem os rios, mares, lagos, ar e solo. Essas atividades econômicas são de suma importância, pois geram empregos e outros bens, não obstante, exigem uma ação do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente, com políticas públicas socioambientais integradas, em prol do desenvolvimento sustentável. É bom lembrar que o estado da Bahia se caracteriza por uma forte desigualdade socioeconômica, incidindo sobre as dinâmicas do desenvolvimento econômico e social nos diversos municípios baianos, fazendo com que o mesmo possua uma das maiores taxas de pobreza extrema do Brasil.

Atualmente, o IFBA, além da capital, conta com as unidades de Salvador, Polo de Inovação e Reitoria, e está presente no interior da Bahia nas cidades de Barreiras, Brumado, Camaçari, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença, Vitória da Conquista.

## 1.2. HISTÓRICO UAB-IFBA

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 para " [...] o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País" (BRASIL, 2006). O sistema fomenta a modalidade de educação a distância (EAD) nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Os cursos superiores ofertados na modalidade EAD do IFBA são ofertados através do Programa Universidade Aberta do Brasil, um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Prioritariamente, os professores que atuam na educação básica da rede pública são atendidos, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O IFBA iniciou as atividades na UAB através Consórcio Bahia em 2007. Esse consorcio consiste num convênio,

Composto por 9 (nove) instituições, todas as universidades públicas e privadas do Estado da Bahia naquele momento (Universidade do Estado da Bahia /UNEB, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Universidade Católica do Salvador/UCSAL e Universidade Salvador/UNIFACS), o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e o Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão responsável, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Estado da Bahia (SEC), pelo Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado para Professores do Estado, a quem coube a coordenação do órgão, o comitê teve como atribuição a elaboração do PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA, integrando 8 (oito) projetos de licenciaturas, submetidos à apreciação Secretaria de Ensino

Superior (SESU) do MEC para análise e estudo da viabilidade de autorização para implantação. (VALLADARES *et al*, 2007, p.4)

No Edital UAB nº 01/2006 – SEED/MEC/2006/2007 foram apresentadas as propostas de 13 (treze) cursos, sendo 8 (oito) cursos de Licenciatura (História, Geografia, Letras, Matemática, Física, Química, Biologia e Pedagogia), 3 (três) cursos de bacharelado (Ciências Contábeis, Administração e Turismo), 1 (um) curso de Tecnólogo (de Gestão de Serviços com ênfase em Logística e Apoio à Indústria) e 1 curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação a Distância, totalizando mais de 7.000 vagas para Bahia. Não houve oferta de responsabilidade do IFBA na apresentação deste edital, assim, o IFBA participou apenas das reuniões e das articulações do Consórcio UAB-Bahia. Através da aprovação do referido Edital todas as instituições que faziam parte do Consórcio receberam o credenciamento para ofertar cursos na modalidade EAD de caráter temporário a fim de que cada instituição avançasse na sua oferta e pudesse garantir o credenciamento definitivo.

No período de 2007 a 2017, o IFBA não fez oferta de cursos nessa modalidade, pois, somente em 2014 foi apresentada a proposta para o Edital DED/CAPES nº 075/2014 que foi aprovada em 2016 com um total de 750 vagas. A oferta de três cursos de Licenciatura foi iniciada em 2017 nas áreas de Física, Computação e Matemática. No final de 2017 foi apresentada à CAPES a proposta do curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, na forma de programa especial de Formação Pedagógica, e que teve sua autorização e aprovação para ser incluído no referido Edital nº 075/2014, com a oferta de mais 250 vagas, totalizando 1000 vagas.

Em 2018, o IFBA concorreu ao Edital 05/2018 com a aprovação de mais 05 cursos de graduação e 03 cursos de pós-graduação *lato sensu* com mais 1200 vagas. Os cursos aprovados no Edital 05/2018, foram:

- Especialização *lato sensu* em Ensino de Ciência – anos finais do ensino fundamental (Ciência é 10);
- Especialização *lato sensu* em Ensino da Matemática: Matemática na prática;
- Especialização *lato sensu* em Estudos Étnicos e Raciais: Identidades e Representação;
- Bacharelado em Administração Pública;
- Licenciatura em Educação Física;

- Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais;
- Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica;
- Licenciatura em Computação.

Além dos cursos de graduação e pós-graduação, a Coordenação da UAB tem ofertado cursos de formação continuada para servidores do IFBA, como: Fundamentos Básicos da Educação a Distância; lalodê em Casa – Curso de comunicação sobre o direito à informação em gênero, raça, etnia e diversidade sexual; Educação Inclusiva e os desafios do Ensino Remoto; Objetos de Aprendizagem e Interfaces Avaliativas.

## 2 JUSTIFICATIVA

Se for considerada a dinâmica de crescimento do número de matrículas no país durante os anos 1990 e 2000 denota-se que as políticas educacionais priorizaram progressivamente a oferta do ensino fundamental, aumentando o número de alunos concluintes dessa etapa da Educação Básica, bem como, elevando a demanda de escolarização dos jovens e adultos para na etapa do Ensino Médio.

Em 2007 o Conselho Nacional de Educação (CNE), ao apresentar o relatório Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais (BRASIL, 2007), trouxe dados relativos à formação específica de professores para atuar nessa etapa da Educação Básica. O relatório foi produzido por uma Comissão Especial com o objetivo de estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio.

No que se refere ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o relatório menciona que esse fundo destina 60% de seus recursos a serem aplicados na remuneração dos profissionais da educação. No entanto, o documento ressalta que,

[...] o financiamento insuficiente tem reflexo direto na questão da qualidade, porque ele resulta na baixa remuneração do professor; o que, por sua vez, leva os jovens a ingressarem em número cada vez menor nos cursos de Licenciatura. Naturalmente, isso provoca um outro grave e, possivelmente, mais importante problema para o enfrentamento da baixa qualidade do ensino: a escassez de professores no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas das ciências exatas e da natureza, mais precisamente em Química, Física, Biologia e Matemática. (BRASIL, 2007, p. 8-9).

Os dados apresentados nesse relatório evidenciam que o Brasil é o país que menos paga aos seus professores e que, pesquisas em andamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), “apontam para uma necessidade de cerca de 235 mil professores para o Ensino Médio no país, particularmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia” (BRASIL, 2007, p. 11). O relatório apresenta algumas conclusões do INEP, tais como o baixo percentual de professores com formação inicial específica na disciplina que lecionam e que apenas em Língua Portuguesa, Biologia e Educação Física há mais de 50% de docentes

atuando na licenciatura na qual tem a formação. A situação mais crítica é nas disciplinas de Física e Química, com percentuais de 9 e 13%, respectivamente (BRASIL, 2007).

As evidências constantes no Relatório do CNE (BRASIL, 2007) são ratificados em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2014, intitulada Ensino Médio no Brasil, Auditoria Coordenada – Educação, realizada em parceria com 21 Tribunais de Contas de Estados. Segundo o documento

A auditoria do TCU identificou déficit de pelo menos 32 mil professores no conjunto das disciplinas obrigatórias do ensino médio nas redes públicas estaduais. Física é a disciplina com maior carência, representando 30% do total e alcançando todos os Estados. Em seguida aparecem as disciplinas de química (15% do déficit e carência em 25 Estados) e sociologia (14% do déficit e insuficiência de professores em 20 Estados) (TCU, 2014).

A partir de 2003, no âmbito das políticas de educação profissional e tecnológica, houve um significativo crescimento de matrícula dos cursos técnicos, tecnológicos e do ensino superior. Em 2019, o Brasil totalizava, na educação profissional, 1.914.749 matrículas (MEC, 2020). Embora a dinâmica da expansão das matrículas nos últimos quatro anos tenha alterado para menos, a contratação e a qualificação dos docentes que atuam na educação profissional permanecem como uma das dimensões estruturantes nas políticas de Educação Profissional (EP).

O curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado ao Programa Especial de Formação Pedagógica, foi construído baseado nas diretrizes curriculares para a formação inicial em nível superior estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2/2015. A implantação do curso, na modalidade a distância, atende, no âmbito do estado da Bahia, aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), ao Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024), às demandas geradas pelo contexto de necessidade de formação dos docentes que atuam na educação profissional e tecnológica da Bahia, assim como também atende à função social do IFBA.

O curso está em conformidade também com Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino; com o Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017, que altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que



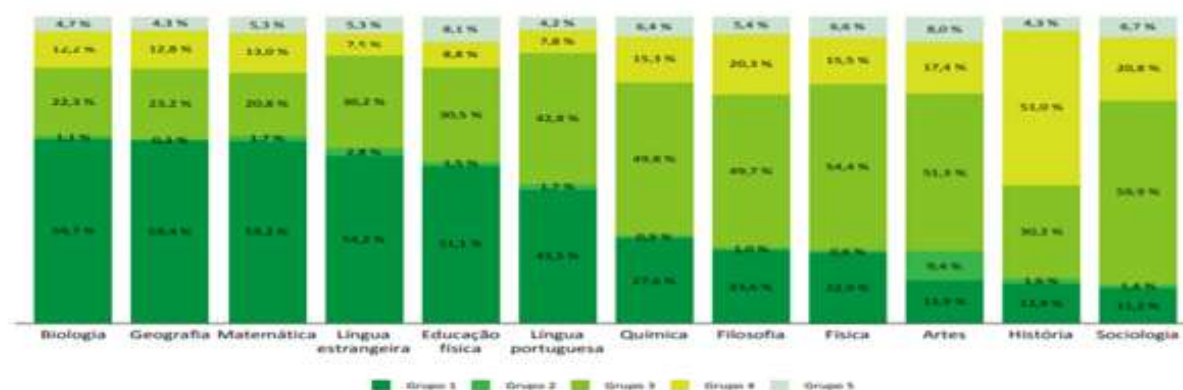
regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; além das Normas Acadêmicas do Ensino Superior (IFBA, 2007).

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) apresenta como Meta 15, a seguinte garantia:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014).

O Censo da Educação Básica de 2019 na Bahia apresenta um total de 30.593 professores atuantes no ensino médio em 2019. Desse total, 91,8% têm nível superior completo (82,4% em grau acadêmico de licenciatura e 9,4%, bacharelado). O percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina (grupo 1 do indicador), no ensino médio, para cada município do estado, é apresentado na figura 1. Das disciplinas de sociologia declaradas nas turmas de ensino médio, apenas 11,2% são ministradas por professores com a formação adequada (grupo 1 do indicador). O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de biologia, com percentual de 59,7%.

**Figura 1-** Indicador de adequação da formação docente para Ensino Médio - Bahia - 2019



**GRÁFICO 45**  
INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO - BAHIA - 2019  
Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Se tomarmos como exemplo o IFBA, um número significativo de professores que lecionam nos cursos do ensino médio integrado não possui formação pedagógica em nível de licenciatura. Em levantamento realizado em 2016, quando a instituição contava com 1.338 docentes, somente 638 eram licenciados, 699 eram bacharéis ou tecnólogos. Assim, sendo o curso de Licenciatura em EPT objetiva que o IFBA contribua para o cumprimento da Meta 15 do PNE (2014-2024) e prevê um modelo de formação que valoriza a experiência na docência por parte dos cursistas, além de aperfeiçoar a formação didático-pedagógica dos mesmos.

A natureza do trabalho docente exige competência técnica e política dos profissionais, cuja formação deve ser composta por um complexo de conhecimentos teóricos, específicos da área de conhecimento do componente curricular na qual os mesmos lecionam, aliado a fundamentos teóricos e metodológicos da Educação. Embora haja uma corrente de desvalorização do trabalho docente e da formação desse sujeito, conforme Pimenta (1999), a importância desse profissional na sociedade contemporânea reside no “[...] seu trabalho enquanto mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, para o que concorre com a superação do fracasso e das desigualdades escolares” (PIMENTA, 1999, p. 15)

O ato de educar vai além da transmissão de saberes historicamente construídos, perpassa necessariamente sobre a reflexão desses saberes em um mundo pós-moderno, onde a proposição é formar um cidadão capaz de atuar e intervir politicamente, ambientalmente, e culturalmente na sociedade em busca de um mundo mais justo e sustentável. Além de contribuir para a consecução dos objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), colaborar para a implementação da Meta 15 do PNE 2014-2024, esse curso é uma contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica, destacando a modalidade educação profissional.

Assim, considerando o perfil de oferta de cursos pelos Institutos Federais, o curso possibilita a formação do docente não licenciado, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos, pedagógicos e tecnológicos, capaz de contribuir para a sua atuação como educador, bem como para formação humana integral dos estudantes e para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, articulado aos processos de democratização e justiça social.

### 3 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

O curso se estrutura a partir da concepção pedagógica baseada na Pedagogia Histórico-Crítica, teoria da educação baseada no materialismo histórico, elaborada por Dermerval Saviani entre as décadas de 1970 e 1980. A Pedagogia Histórico-Crítica, conforme Saviani (2011), representa o “[...] empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo” (SAVIANI, 2011, p. 76). Essa teoria está assentada no materialismo histórico que constitui na “compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana” (SAVIANI, 2011, p. 76).

A Pedagogia Histórico-Crítica ratifica a importância de oferecer o saber sistematizado, construído historicamente, aos estudantes, “organizando-o em saber escolar e fazendo as reflexões e críticas necessárias, considerando o senso comum como um lugar de ponto de partida e não de chegada” (IFBA, 2013 p. 41), conforme Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA.

A Pedagogia Histórico-Crítica se impõe algumas tarefas em relação à educação escolar, responsável pela disseminação do saber acumulado pela humanidade e de forma sistemática, a saber:

a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação;

b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares;

c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 2008, p. 9).

Os objetivos da Pedagogia Histórico-Crítica, conforme mencionados acima, consistem em processos através dos quais a educação escolar não pode prescindir. Saviani (2008), ao defender “[...] a natureza da educação enquanto um trabalho não-

material, cujo produto não se separa do ato de produção” (SAVIANI, 2008, p. 9) situa a especificidade dos estudos pedagógicos que se dedicam a identificar os “[...] elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano e as formas adequadas para se atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2008, p. 9). Assim, esse autor nos auxilia a compreender a importância da formação pedagógica para docentes, sobretudo, aqueles não licenciados e que estão em exercício nas redes de ensino.

O Curso de Licenciatura em Educação Profissional do IFBA se baseia em uma perspectiva de apropriação das ciências e das tecnologias de forma crítica, com visão ampliada sobre o mundo do trabalho e a participação ativa na vida social, conforme descrito no PPI, buscando “[...] a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos da formação profissional com os fundamentos da formação humana integral” (IFBA, 2013, p. 50). Assim, o IFBA insere-se no âmbito das políticas públicas em Educação com a incumbência de apresentar soluções para as distorções locais na oferta de formação docente, tanto para a Educação Básica, quanto para a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica.

Kuenzer (2008) problematiza as dimensões para a formação docente para a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica e menciona os seguintes aspectos a serem observados pelo professor a ser formado, ou seja, o mesmo deve conhecer o mundo do trabalho, “[...] a partir da apreensão do caráter de totalidade das relações sociais e produtivas” (KUENZER, 2008, p. 30-32), bem como que tenha clareza “[...] a respeito de qual educação profissional se está falando, uma vez que ela atende a diversos níveis, da básica à científico-tecnológica de alto nível, incluindo os níveis de mestrado e doutorado” (KUENZER, 2008, p. 30-32) e que tome se certifique de conhecimentos e pesquisas “[...] que permitem configurar uma pedagogia do trabalho adequada ao caso brasileiro, a ser considerada na elaboração dos programas de formação de professores de educação profissional”.

As considerações da autora dialogam com a proposta pedagógica do curso ora apresentado, bem como foram referências para a construção da matriz curricular do mesmo. A autora ressalta um aspecto relevante acerca da formação docente na pós-graduação ao afirmar que “[...] os cursos de mestrado e doutorado têm formado professores de nível superior centrados na pesquisa, mas sem formação pedagógica” (KUENZER, 2008, p. 38). Essa é uma problemática relevante na formação docente para a atuação na Educação Profissional e Tecnológica.

A literatura especializada sobre educação profissional e políticas de formação docente sinaliza para três perfis formativos dos professores que atuam em cursos técnicos e tecnológicos em instituições de ensino brasileiras. O primeiro perfil é de profissionais que possuem graduação no campo restrito da formação técnica e com hiperespecialização, quando estes possuem mestrado e doutorado. Um segundo perfil é caracterizado por professores que são bacharéis ou licenciados, cujas trajetórias de formação se encontram restritas ao caráter propedêutico dos campos disciplinares da base nacional comum e o terceiro perfil é composto de práticos, com saberes que surgem da natureza do trabalho e as suas formas de organização, que nem sempre possuem uma graduação ou habilitação técnica, são os saberes/conhecimentos adquiridos nas experiências profissionais.

Essa diversificação de trajetórias formativas fez com que o MEC, em 2011, depois de uma longa discussão no CNE que teve início em 1997, estabelecesse as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores, sendo essas demandas incorporadas à Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Ressalta-se que o IFBA, pelo seu caráter de multicampia e o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, encontra-se inserido em 27% dos municípios baianos, colaborando em 26 Territórios de Identidade da Bahia, fazendo cumprir a sua missão institucional de formar os cidadãos baianos para emancipação humana. Essa missão é desenvolvida por, aproximadamente, 1700 professores e mais de 1000 técnicos-administrativos, ambos atuando na formação profissional de mais de 36 mil baianos, nos diversos cursos de formação profissional, tanto na educação básica, quanto na formação superior na graduação e na pós-graduação (IFBA, 2020).

Não obstante essa atuação e a grande maioria do seu quadro de docentes possuírem formação qualificada na graduação e pós-graduação, um número significativo desses docentes não possui licenciatura na sua trajetória de formação e os saberes da docência se constituem de forma articulada às práticas cotidianas na sua atuação profissional. Assim, o programa de formação pedagógica, onde se insere a Licenciatura da Educação Profissional e Tecnológica, visa ampliar a qualificação dos docentes que atuam em cursos da educação profissional em seus

diversos níveis, a fim de elevar a qualidade dos programas de formação profissional na dinâmica das relações de institucionais do IFBA com o mundo do trabalho, organizado nos arranjos produtivos dos 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

### 3.1 OBJETIVOS DO CURSO (GERAL E ESPECÍFICOS)

O Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo habilitar para o exercício da docência, profissionais não licenciados, portadores de diploma de nível superior, que atuam ou desejam atuar na área de sua formação inicial em cursos de nível médio, de graduação tecnológica, bacharelados ou equivalentes, na forma da lei, possibilitando percursos formativos que integrem: estudos de formação geral, interdisciplinares e do campo educacional; estudos de formação científica, pedagógica e curricular; e estudos integradores, com articulação entre os saberes disciplinares, experienciais e extra-curriculares.

São objetivos específicos do curso:

- Desenvolver competências para o exercício da docência pautado nas exigências éticas, na construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e na relevância social dos conhecimentos no campo específico da Educação Profissional e Tecnológica;
- Possibilitar a compreensão sobre os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação e as abordagens teórico-metodológicas do ensino;
- Promover uma visão holística dos processos educativos e das instituições educacionais;
- Proporcionar situações que permitam ao licenciando agir com postura investigativa nos diferentes espaços da sua prática;
- Estabelecer relações entre a formação específica em nível de graduação tecnológica, bacharelado ou equivalente que o licenciando já possui e os conhecimentos pedagógicos, científicos e tecnológicos.

### 3.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso da Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do IFBA terá o perfil de educador crítico, ético e comprometido com a sua atuação docente, sua trajetória profissional e a promoção da educação para e na cidadania. Com uma sólida formação interdisciplinar, envolvendo adequada fundamentação teórica e prática, o profissional egresso será capaz de integrar em sua prática profissional “[...] os conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação e da educação profissional, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo” (BRASIL, 2015, p. 10), atuando no mundo do trabalho com postura crítica, ética e cidadã, em prol da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes modalidades e níveis de ensino da educação profissional, demonstrando consciência da diversidade, com uma práxis educativa dinâmica, ativa e propositiva.

Esse profissional será capaz de integrar a teoria e a prática entre diferentes saberes, atuando nas esferas da docência, da gestão de processos educativos e na organização e gestão institucional, no desenvolvimento da Pesquisa e Inovação e Extensão Tecnológica.

### 3.2.1 COMPETÊNCIAS

O curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica do IFBA deve assegurar uma formação profissional e humana, academicamente e socialmente referenciada, necessária ao egresso para atuar na docência da educação profissional e tecnológica. Ao final do curso, considerando o artigo 8º da Resolução CNE/CP n.02/2015, o egresso deverá, portanto, ser capaz de:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério (BRASIL, 2015).



Nesse sentido, as competências acima devem assegurar uma sólida formação docente, tendo em vista as múltiplas dimensões educativas da atuação do professor da educação profissional e tecnológica.

### 3.3 REQUISITOS DE ACESSO

O ingresso no curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica, na forma de Programa Especial de Formação Pedagógica, do IFBA se dá através de processo seletivo simplificado, regido por edital próprio publicado pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN/IFBA. Podem participar do processo seletivo simplificado portadores de diploma em nível superior (Bacharelado, Graduação Tecnológica e/ou equivalentes), que não possuam a licenciatura na sua formação específica, mas atuam na área da docência ou desejam habilitar-se para seu o exercício, em conformidade com o art. 14 da Resolução CNE/CP n. 02/2015.

## 4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica foi elaborada considerando a LDB n. 9394/1996, art. 61, Parágrafo único, no que concerne aos fundamentos da formação: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; e III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. Considera ainda a Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015, respeitando a carga horária mínima, os núcleos de estudos e os conteúdos diversificados apontados.

### 4.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Para a construção do desenho curricular tomou-se como referência a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que estabelece três núcleos de formação, além dos

[...] conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015).

Diante disso, os núcleos que norteiam a estrutura curricular deste curso são:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular;

Os estudos e conteúdos previstos nos Núcleos serão tratados ao longo de três ciclos, que correspondem cronologicamente aos semestres letivos. Diante desse aspecto, o curso tem carga horária total de 1100 horas, distribuídas em:

- 12 (doze) componentes de aprofundamento teórico-conceitual, totalizando 570 horas;
- 3 (três) componentes de atividades em exercício (300h), que correspondem aos estágios curriculares;
- O Projeto de Intervenção (30h), apresentado ao final do ciclo três como Trabalho de Conclusão de Curso;
- As Atividades Complementares (200h), que correspondem ao núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

A divisão de carga-horária do curso, considerando as atividades práticas desenvolvidas desde o primeiro ciclo, é a seguinte:

### **Ciclo Um: Ciclo Contextual**

Movimento Investigativo do Ciclo Um: A organização da Rede Federal de Ensino.

- ❖ 210h de atividades de aprofundamento teórico-conceitual, distribuídas em 4 componentes curriculares.
- ❖ 100h de Estágio Supervisionado (atividades em exercício)

### **Ciclo Dois: Ciclo das Práticas**

Movimento Investigativo do Ciclo Dois: Os espaços da Prática Docente do professor EBTT.

- ❖ 210h de atividades de aprofundamento teórico-conceitual, distribuídas em 4 componentes curriculares.
- ❖ 100h de Estágio Supervisionado (atividades em exercício)

### Ciclo Três: Ciclo Integrador

Movimento Investigativo do ciclo 3: Intervenções possíveis nos Espaços da Docência

- ❖ 150h de atividades de aprofundamento teórico-conceitual, distribuídas em 3 componentes curriculares.
- ❖ 30h de Projeto de Intervenção.
- ❖ 100h de Estágio Supervisionado (atividades em exercício).
- ❖ 200 h de Atividades Complementares.

#### 4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Os componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica foram organizados por ciclos, conforme segue no quadro 1:

**Quadro 1:** Matriz Curricular

<b>Ciclo Um</b>	<b>Créd</b>	<b>C.H Teórica</b>	<b>C.H Prática</b>	<b>C.H Total</b>
O contexto do curso: introdução a EAD	2	15	15	30
Gestão em educação	4	45	15	60
OEB: pensando a educação profissional	4	45	15	60
Fundamentos da educação	4	45	15	60
Estágio Supervisionado (atividades em exercício)	6	15	85	100
<b>Totais</b>	<b>20</b>	<b>165</b>	<b>145</b>	<b>310</b>
<b>Ciclo Dois</b>	<b>Créd.</b>	<b>C.H Teórica</b>	<b>C.H Prática</b>	<b>C.H Total</b>
Práxis Pedagógica do professor EBTT	4	30	30	60

Currículo e a prática do professor EBTT	3	30	15	45
Educação e contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT	2	15	15	30
Avaliação do processo ensino-aprendizagem na Educação Profissional	15	30	15	45
Tecnologias aplicadas a Educação	2	15	15	30
Estágio Supervisionado (atividades em exercício)	6	15	85	100
<b>Totais</b>	<b>20</b>	<b>135</b>	<b>175</b>	<b>310</b>
<b>Ciclo Três</b>	<b>Créd.</b>	<b>C.H Teórica</b>	<b>C.H Prática</b>	<b>C.H Total</b>
Libras	4	30	30	60
Educação inclusiva	3	30	15	45
Tópicos Especiais em Educação	3	30	15	45
Pesquisa em Educação Profissional (TCC/Projeto de Intervenção)	2	15	15	30
Estágio Supervisionado (atividades em exercício)	6	15	85	100
ACC	-	-	-	200
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>120</b>	<b>160</b>	<b>480</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

Quando considerados os núcleos de formação apresentados no artigo 14 da Resolução CNE/CP nº 02/2015, os componentes do curso podem ser apresentados da seguinte forma:

**Quadro 2:** Componentes Curriculares por Núcleo

<b>Núcleo de estudos de formação geral</b>	
<b>Componente</b>	<b>Carga horária</b>
OEB: pensando a educação profissional	60h
Gestão em educação	60h
Fundamentos da Educação	60h
Currículo e a prática do professor EBTT	45h
Educação e contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT	30h
Libras	60h
Educação inclusiva	45h
O contexto do curso: introdução a EAD	30h
<b>Total</b>	<b>390h</b>
<b>Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional</b>	
<b>Componente</b>	<b>Carga horária</b>
Práxis Pedagógica do professor EBTT	60h
Avaliação do processo ensino-aprendizagem na Educação Profissional	45h
Tecnologias aplicadas a Educação	30h
Tópicos Especiais em Educação	45h
Pesquisa em Educação (TCC/Projeto de Intervenção)	30h
Estágio Supervisionado (atividades em exercício) do Ciclo Um	100h
Estágio Supervisionado (atividades em exercício) do Ciclo Dois	100h
Estágio Supervisionado (atividades em exercício) do Ciclo Três	100h
<b>Total</b>	<b>510h</b>
<b>Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular</b>	
<b>Componente</b>	<b>Carga horária</b>
Atividades Complementares (AC)	200h
<b>Total</b>	<b>200h</b>
<b>CH total do curso</b>	<b>1100h</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

### 4.3 METODOLOGIA

A metodologia do curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica baseia-se em uma proposta de mediação pedagógica que segue uma abordagem sócio-interacionista compreendendo a construção de conhecimento como uma ação rica quando realizada entre sujeitos (cursistas, professores, tutores, coordenador de tutoria e o coordenador do curso) e mediada pelos elementos tecnológicos.

O curso adotou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle* pela diversidade de atividades e recursos disponíveis, e sua adequação à proposta de formação sócio-interacionista. Este AVA possibilita o uso de material didático em diferentes mídias e possui recursos de comunicação que rompem com a lógica unidirecional. Além disso, possibilita o registro das ações desenvolvidas pelos cursistas, professores e tutores, permitindo o acesso e análise, a qualquer momento, para fins de acompanhamento e avaliação.

Em cada componente curricular existem dois momentos síncronos (em dias e horários previamente agendados): uma *WebAula* em que o professor formador aborda os conteúdos tratados no componente e a avaliação presencial que acontece nos polos de apoio presencial com a presença do Tutor.

O processo de mediação pedagógica neste projeto, considerando as especificidades de um curso de formação para graduados não-licenciados, envolve os seguintes sujeitos: Tutores (que atuam simultaneamente a distância e presencialmente), Professores Formadores, Coordenador do Curso e Coordenação de Tutoria. Cada um desses sujeitos desenvolve atribuições específicas, segundo UAB-CAPES, para a condução do curso:

#### **Professores Formadores:**

- Produzir material didático, definindo atividades interativas do processo de ensino-aprendizagem para sua disciplina;
- Discutir e elaborar o plano de curso do componente curricular;
- Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para a proposição de suporte multimidiáticos para o componente curricular;

- Sugerir uma agenda de trabalho para nortear a interação e a dedicação dos alunos;
- Propor atividades a distância que favoreçam a autonomia e a colaboração visando à aprendizagem entre os sujeitos;
- Desenhar a estrutura de avaliação para seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e a distância;
- Interagir com os tutores e com coordenador de tutoria, nos casos em que isso seja necessário;
- Participar das atividades presenciais previstas nos Polos, caso seja necessário.

#### **Tutores:**

- Acompanhar e intervir nas atividades *online* propostas e avaliar os trabalhos dos alunos;
- Atender aos questionamentos dos alunos e auxiliá-los no desenvolvimento das atividades e da consecução dos objetivos do curso;
- Estabelecer contato direto com os demais sujeitos do processo de mediação para troca de informações, experiências e solução de problemas;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos *online*, caminhando em direção à construção de comunidades de aprendizagens *online*;
- Articular a participação dos estudantes do curso em eventos *online*;
- Interagir com o professor formador da disciplina e com o coordenador de tutoria.
- Participar dos encontros presenciais nos Polos Regionais Presenciais.

#### **Coordenador do Curso**

- Fomentar condições para o bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos do curso.



- Supervisionar e articular as atividades desempenhadas como mediação a distância, orientações e avaliações.
- Acompanhar o trabalho dos tutores e dos professores formadores.
- Propor estratégias de permanência de alunos em potencial de evasão.

### **Coordenador de Tutoria**

- Coordenar à mediação online, acompanhando as atividades dos tutores a distância e dos alunos das disciplinas;
- Avaliar o trabalho de mediação a distância e atuar no sentido da correção dos problemas detectados;
- Interagir com o professor formador e com os tutores, agilizando a comunicação e a troca de informação entre esses sujeitos pedagógicos.

A interação entre os sujeitos mencionados se dá por meio de mediações que ocorrem no AVA ou presencialmente, envolvendo as atividades propostas pelo professor formador e as estratégias de ação relacionadas às atribuições de cada sujeito. As atividades assíncronas, como *fóruns*, *wikis*, tarefas, possibilitam aos cursistas desenvolverem sua autonomia no processo de construção de conhecimentos, organização do tempo e de planejamento do processo de aprendizagem.

Em geral, todos devem ter como prioridade, a preocupação de introduzir os cursistas nas especificidades da modalidade a distância, bem como aproximá-lo dos recursos didáticos e dos caminhos de interação. Tais ambientes permitirão a mediação em diferentes espaços geográficos e tempos ao longo do curso, sendo pois ofertado, logo no primeiro Ciclo, o componente **O contexto do curso: introdução a EAD**. Cabe apontar que a familiarização em EaD não será pontual, acontecendo ao longo do curso por meio de atividades da comunicação, da interação e da troca de experiências.

A prática docente é assumida como mobilizadora da formação e dos conteúdos e temas tratados nos componentes curriculares. Para tanto, são incluídos no currículo movimentos investigativos que servirão como eixos articuladores entre a dimensão teórica do conhecimento, socialmente produzido, e a dimensão prática da

docência. Cada Ciclo será caracterizado pela investigação de um tema ou questão relacionado à docência na educação profissional, tomando o contexto educacional da Instituição como campo de investigação, orbitando entre investigações sobre os conhecimentos acerca dos sistemas educacionais – em especial a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica –, os conhecimentos sobre os aspectos teóricos da área educacional e os conhecimentos atrelados à Didática, às Metodologias e às Práticas de Ensino na/da Educação Profissional.

Os Movimentos Investigativos trazem temas e questões que são transversais a todos os componentes curriculares do Ciclo, sendo mobilizadores da reflexão sobre a prática pedagógica do cursista e a sua formação em exercício. Além disso, eles permitem que os conteúdos específicos, os conteúdos pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas sejam tratados de forma interdisciplinarmente. Ao longo de cada ciclo, tanto nos componentes curriculares, por meio de atividades definidas por cada docente, quanto nos projetos didático-pedagógicos de intervenção nas “atividades em exercício” (estágios). As atividades desenvolvidas nos componentes estabelecem relações de aproximação entre temas, propiciando ao cursista um modo mais abrangente e contextualizado de compreender a docência e seus meandros.

A prática é compreendida como atualizadora do Currículo e o registro é pensado como uma atividade permanente no curso, de modo a permitir ao cursista investigar o seu processo de formação em exercício e os espaços em que ela se desenvolve. Ao ter como meio a linguagem e como inspiração as experiências de formação já realizadas em outras instituições e contextos de formação (SANTOS, WEBER; BARBOSA), adota-se, no curso, como instrumento de registro do cursista, o *Diário Online* que terá como propósito relatar sobre a sua prática docente e a sua formação em exercício. A produção do *Diário Online* articula os registros das práticas, tomando como base o aprofundamento teórico-conceitual dos fundamentos da educação e dos processos de ensino-aprendizagem.

Ao propor ao cursista um olhar, diferenciado e individualizado, para a Rede Federal de Ensino e demais instituições educativas, assim como os elementos já presentes em sua docência, tem-se como intenção propiciar um mergulho crítico, embasado em estudos teóricos e no cotidiano dos espaços da educação profissional e tecnológica.

Inicia-se, no Ciclo Um, com a contextualização do cursista no campo educacional brasileiro, na Instituição Educativa (IE) observada. Nessa fase inicial, os cursistas tomam – como referência para o movimento investigativo – o conhecimento da instituição educativa como organização complexa, a atuação profissional na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica, articulando pesquisa e estudo da legislação, dos processos de organização e gestão, das políticas de financiamento e avaliação da educação nacional e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O estágio supervisionado do Ciclo Um envolve o acompanhamento das atividades de gestão e organização pedagógica e administrativa da Instituição observada. São tomadas, como espaços da prática: as vivências do cursista nos processos de planejamento e de gestão; as atividades de planejamento e de participação no projeto pedagógico dos cursos, bem como participação nas reuniões pedagógicas e acompanhamento das atividades dos órgãos colegiados. A sistematização e o registro das atividades em exercício serão feitas no *Diário Online*.

Em seguida, no Ciclo Dois, há o aprofundamento no estudo dos conteúdos pedagógicos e específicos das áreas da atuação profissional dos cursistas. O movimento investigativo toma como referência a observação, a análise, o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em Instituições Educativas. Nos componentes curriculares são articulados pesquisa e estudo dos conhecimentos dos conteúdos específicos da docência na área de formação inicial do cursista e dos conteúdos pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, didáticas e práticas de ensino, da avaliação, das teorias de currículo e das relações entre educação e trabalho, educação e diversidades, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea.

O estágio supervisionado do Ciclo Dois envolvem o planejamento, a execução e o acompanhamento de atividades de ensino nos espaços formativos. São tomados como espaço da prática os diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, em que o processo de ensino possa ocorrer.

O estágio supervisionado do Ciclo três conta a reflexão acerca das abordagens teórico-metodológicas e das intervenções nas práticas de ensino é a

mobilizadora do percurso formativo. O movimento de investigação toma como referência a criação e o uso de textos, de materiais didáticos, de procedimentos e de processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural dos contextos de ensino. Nos componentes curriculares são articulados pesquisa e estudo de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas.

O estágio supervisionado do Ciclo Três compreende o acompanhamento das atividades no espaço educacional escolhido pelo cursista como campo de pesquisa para a elaboração do seu Projeto de Intervenção. Inserido no campo, com a mediação do professor-orientador, o cursista deve propor processos metodológicos, estratégias, recursos e materiais didáticos contextualizados para a intervenção em uma questão observada.

A opção por tal desenho curricular justifica-se por uma preocupação na oferta de um curso de formação com efetivo padrão de qualidade acadêmica e socialmente referenciado, composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos.

#### 4.4 COMPONENTES CURRICULARES DE EXIGÊNCIA LEGAL COM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Os Componentes Curriculares de exigência legal com legislação específica nas licenciaturas são conteúdos obrigatórios em todas as licenciaturas, que foram definidos por Leis, Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou Pareceres. Na atualidade os respectivos temas são: Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

##### **4.4.1 Educação das Relações Étnico-Raciais**

Existe determinação na legislação brasileira para que todos os níveis e modalidades de Educação contemplem em seus currículos a Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. A base legal que orienta as Instituições de ensino para a construção de práticas educativas que garantam o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros, através do reconhecimento e da valorização da história, da

cultura, da identidade Afro-Brasileira, Africana e Indígena, tem o seu marco no sancionamento pelo Governo Federal, em março de 2003, da Lei nº 10.639/03, que altera a LDB/96 e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma.

A Lei nº 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Em 2008 é dada nova redação à LDB/96 através da aprovação da Lei nº 11.645/2008, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. Para o Ensino Superior, é importante observar Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Desta forma, vale ressaltar que existe indicação na legislação brasileira para que todos os níveis e modalidades de Educação contemplem, em seus currículos, a Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, considerando como princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Uma das preocupações da formação é fornecer subsídios para que os cursistas possam contextualizar em suas atividades de ensino a diversidade da produção do conhecimento, para além das referências e das práticas eurocêntricas. Dessa forma, a Educação para as relações Étnico-raciais nessa Licenciatura acontece, de forma transversal e multidisciplinar, a partir da construção de espaços – como seminários, debates, rodas de conversa, aulas – que permitam ao professor-cursista debater o reconhecimento e a valorização da história, da cultura e da identidade dos povos indígenas e dos descendentes de africanos. Objetiva-se no curso a formação que estimule o professor a valorizar hábitos e comportamentos, respeitando as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, as provocações que mobilizam os estágios supervisionados são incentivadas a investigação e a proposição de práticas que antirracistas e anti discriminatórias e que permitam a superação de desigualdades raciais e sociais através de mudanças dos discursos, raciocínios, lógicas, gestos e posturas.

Podem ser destacados como espaços para o estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena as disciplinas Educação e

Contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT; Currículo e prática do professor EBTT; Práxis Pedagógica do Professor EBTT; e Tópicos Especiais em Educação. Durante o curso, os professores-cursistas serão também incentivados a participar das atividades curriculares, já desenvolvidas no campus, propondo outras atividades a partir das atualizações advindas da formação em exercício.

#### **4.4.2 Educação Ambiental**

A Educação Ambiental é uma prática educativa integrada, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de educação no Brasil.

A sua base legal encontra-se na Constituição Federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e dentre outras questões a responsabilidade do poder público em promovê-la em todos os níveis e modalidade de ensino, na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o Decreto nº 4.281/2002, que Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O projeto em questão desenvolve a Educação Ambiental nas Disciplinas de Educação e Contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT e Práxis Pedagógica do Professor EBTT.

Um dos objetivos de se desenvolver a Educação Ambiental no curso é “[...] a construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” (BRASIL, 2012), que fundamenta a prática pedagógica do futuro licenciado.

#### **4.4.3 Educação em Direitos Humanos**

A Educação em Direitos Humanos é desenvolvida no currículo seguindo as orientações do Parecer CNE/CP 8/2012, da Resolução Nº 2, 15/07/2012, e da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, sendo desenvolvida nos componentes Educação e

Contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT e Práxis Pedagógica do Professor EBTT.

#### 4.5 INTERDISCIPLINARIDADE

A relação teoria-prática é totalmente associada à estrutura curricular do curso e deve conduzir ao fazer pedagógico, sendo um dos norteadores fundamentais da formação do professor. Assim, as práticas pedagógicas têm por foco a realidade do cursista, propondo situações que o convide à busca e à ampliação do seu saber/conhecimento. Nesse aspecto, as práticas pedagógicas são orientadas ao desenvolvimento de estratégias metodológicas integradoras, que contemplem a interdisciplinaridade e a contextualização. De acordo com Severino (2012, p. 42-43), para contemplar a questão da interdisciplinaridade é importante considerar que:

- é sempre a articulação do todo com as partes;
- é sempre a articulação dos meios com os fins;
- é sempre em função da prática, do agir. O saber solto fica petrificado, esquematizado, volatizado;
- precisa sempre ser conduzido pela força interna de uma intencionalidade;
- a prática do conhecimento só pode se dar, então, como construção dos objetos pelos conhecimentos; é fundamentalmente prática de pesquisa;
- aprender é, pois, pesquisar para construir; constrói-se pesquisando.

O conceito de interdisciplinaridade exposto propõe a elaboração de projetos e/ou atividades, e/ou ações que promovam a articulação dos núcleos de estudos, que abarque as dimensões formativas no âmbito científico e laboral, da teoria e da prática, de forma a contextualizar tanto o conhecimento sobre a prática pedagógica, quanto a realidade dos cursistas, principalmente na construção de suas habilidades sociais e profissionais.

Nesse Curso propõe-se que se coloquem em prática as premissas na perspectiva histórico-crítica da educação, na negação de uma perspectiva bancária, na dialogicidade e na compreensão do sujeito em formação como construtor de conhecimento e transformador de sua realidade. A esse respeito considera o desenvolvimento do cursista para além da dimensão meramente ligada aos

conteúdos, mas valorizando-os como instrumento motor da transformação social, ética e econômica da sociedade. O PPI-IFBA (2013), nessa perspectiva, considera que a investigação como princípio pedagógico favorece a autonomia do sujeito em formação e dos processos educativos, beneficiando, dessa forma, a formação de cidadãos ativos na sociedade.

#### 4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Neste curso o TCC não é uma disciplina, logo não tem uma carga horária fechada, pois se trata de uma construção feita desde o início do curso que culmina com a produção de 01(um) artigo científico que publiciza o projeto de intervenção. As orientações são feitas pelo professor dos estágios supervisionados I, II e III, e finalizam sob orientação do professor orientador. Os trabalhos são depositados no ambiente *Moodle*, para avaliação.

O projeto de intervenção visa à investigação do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem, em Instituição Educativa, oportunizada pelos movimentos investigativos e pelas atividades em exercício dos estágios curriculares em cada Ciclo. Deste modo, durante o estudo do contexto educacional, como realizado no Ciclo Um, e na observação, análise, planejamento das atividades de ensino, como realizados no Ciclo Dois, o professor cursista é incentivado a identificar questões e problemas que são referências para a criação do seu Projeto de Intervenção.

Pautado na construção de conhecimentos sobre a Educação Profissional ao longo dos Ciclos e nas práticas vivenciadas dentro e fora do curso, o projeto apresentado pelo cursista deve propor intervenções nas Propostas Curriculares, na organização do trabalho educativo, nas práticas pedagógicas e nos processos do ensinar e do aprender da/na Instituição.

A compreensão de intervenção pedagógica assumida para o PPC remete à missão do Instituto, compreendendo que a formação de professores em exercício deve ser capaz de intervir na prática educativa e gerar um novo conhecimento pedagógico contextualizado, referenciado na escola e em suas dinâmicas culturais, sociais e curriculares.

Enfim, tornar a pesquisa concomitante à realização dos Ciclos é uma forma do cursista refletir sobre a própria prática, pois permite, a ele, a discussão e a disseminação desses conhecimentos em todos os momentos do curso, bem como a



adequação dos instrumentos de pesquisa para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

O artigo é apresentado e avaliado de acordo com as normas da ABNT vigentes.

#### 4.7 ESTÁGIO

Para a construção da Licenciatura em Educação Profissional, as Práticas de Ensino na formação do professor são compreendidas como uma aproximação dialógica entre as esferas da formação no curso e as esferas da prática profissional do cursista na Instituição. Nesse aspecto, o Estágio Curricular Supervisionado é realizado ao longo dos Ciclos, através das “atividades em exercício” (estágios supervisionados I, II e III), que compreendem o acompanhamento da prática pedagógica e a produção textual do/sobre o acompanhamento, através da produção dos Diários Online.

A carga horária total das atividades em exercício é de 300 (trezentas) horas, seguindo o que rege a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e a Lei nº 11.788/2008. Em cada Ciclo serão destinadas 100 horas para as “atividades em exercício” (estágios supervisionados), que tomarão como campo a prática docente do professor nos diversos espaços da Instituição. Além das atividades práticas de sala de aula (a preparação, as aulas e sua avaliação), envolvem todas as atividades próprias da vida das instituições educacionais, incluindo as atividades de gestão e de organização pedagógica, financeira e administrativa.

Em cada ciclo é proposto aos cursistas ter experiência em um dos espaços da prática, nas diferentes áreas das instituições educacionais em que é possível atuação do docente, considerando o movimento investigativo do Ciclo. Os estágios supervisionados são acompanhados e orientados pelo professor de estágio, que orienta a elaboração e a execução do plano de estágio, que envolve os projetos didático-pedagógicos devidamente articulados com o professor regente (professor supervisor) pertencente ao eixo tecnológico formativo.

A sistematização e o registro das atividades em exercício em cada Ciclo são realizados a partir da produção de *Diário Online*, que corresponde ao relato sobre formação em exercício do cursista ao longo do Ciclo, articulando na produção textual as impressões e avaliações sobre as vivências nos diversos espaços da docência e

as referências teórico/práticas mobilizadas nas atividades de aprofundamento teórico-conceitual.

Os *Diários Online* são disponibilizados em espaço próprio do ambiente virtual de aprendizagem e são alimentados pelos cursistas ao longo do Ciclo. O documento construído consiste no resultado do registro das suas vivências durante as atividades em exercício, a sua atuação docente e os espaços de estudo criados nas atividades de aprofundamento teórico. Para o registro é possível lançar mão de anotações, síntese de discussões de textos, relatos das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição, fotografias e gravações de voz e imagem.

A prática profissional se dá por meio da reflexão e da análise que emerge do cotidiano dos espaços formativos, assim, na formação docente, esses saberes da relação pedagógica transformam-se em conhecimentos da prática, compreendida como “[...] momento de construção de conhecimento, através da reflexão, análise e problematização desta, e o reconhecimento do conhecimento tácito, presente nas soluções que os profissionais encontram em ato”. (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 48).

A cada início de Ciclo, uma questão investigativa norteia o Ciclo e, por conseguinte, também orienta o registro. No Seminário de Abertura do Ciclo Um foi apresentado a compreensão do significado do *Diário Online* no currículo, os seus pressupostos (por que registrar), a finalidade (para quê e o que registrar) e suas formas (como registrar). Para a construção dos *Diários Online* é pensado um fluxo de produção que envolve quatro momentos, a saber, conforme demonstra o quadro 03 :

**Quadro 03:** Momentos de construção dos *Diários Online*

<b>MOMENTO 1</b>	Apresentação do movimento investigativo do Ciclo
<b>MOMENTO 2</b>	Tratamento da questão/tema de investigação na especificidade de cada componente durante o Ciclo.
<b>MOMENTO 3</b>	Construção do registro da investigação e da atualização do tema através do Diário Online e de outras práticas de registro propostas nos componentes. Esse momento é concomitante à realização do Ciclo e toma como referência para a escrita a

	construção do movimento investigativo nos diferentes espaços em que acontece a formação em exercício (nas atividades em exercício; nas atividades de aula; nos espaços do curso).
<b>MOMENTO 4</b>	Entrega do Diário On-line.

**Fonte:** elaboração própria.

Enfim, fazer do registro, através do diário, uma atividade permanente parte da compreensão de que tal registro permite ao cursista compreender a apropriação do pensamento e do conhecimento didático a partir da própria docência.

#### **4.7.1 Atividades Complementares (AC)**

As atividades complementares têm a finalidade de valorizar as experiências formativas vividas pelos cursistas ao longo de sua formação acadêmica, possibilitando a complementação da formação social, profissional e cultural. De caráter obrigatório para a integralização do curso, as atividades complementares totalizam uma carga horária de 200 horas. Essas horas devem ser realizadas após a matrícula do estudante no curso e apresentadas antes da sua conclusão.

A diversidade dessas atividades, a flexibilidade da carga horária e os aprendizados realizados, ao longo do curso e em outros ambientes, permitem ao cursista acrescentar, em seu percurso formativo, um conjunto de experiências. Todavia, é necessário que as atividades desenvolvidas e avaliadas estejam em conformidade com o PPC.

Dessa forma, as atividades passíveis de validação estão definidas no Artigo 12, Inciso III, da Resolução nº 2 de 01 de julho de 2015, conforme descrito abaixo:

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outras, definidas no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientadas pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e as instituições educativas, de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurar aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

As atividades passíveis de validação e os procedimentos operacionais estão especificadas no Quadro 4:

**Quadro 4:** Atividades Complementares

<b>Atividade Desenvolvida</b>	<b>Nº de horas válidas como AC</b>	<b>Nº máximo de horas que podem ser aproveitadas na integralização de 200h de AC</b>	<b>Documentos comprobatórios</b>
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares	1h de AD* = 2h de AC* 1 trabalho apresentado = 10h de AC	Até 60h	Certificado de participação
Participação e/ou elaboração de cursos livres e/ou de extensão	1h de AD = 2h de AC	Até 40h	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária
Participação e/ou elaboração de atividades filantrópicas	1h de AD = 1h de AC	Até 40h	Declaração da instituição, em papel timbrado, com a respectiva carga horária
Orientação de pesquisas	4h de AD = 1h de AC	Até 60h	Apresentação do RIT que conste a atividade de orientação desenvolvida.
Orientação de extensão	4h de AD = 1h de AC	Até 60h	Apresentação do RIT onde conste a atividade de orientação desenvolvida.

Publicação, como autor, do todo ou de parte de texto acadêmico	40h de AC por publicação em revista indexada. 20h de AC por publicação de capítulo de livro com conselho editorial. 15h de AC por trabalho completo em anais com conselho editorial. 15h de AC por publicação de artigo	Até 80h	Apresentação de cópia da publicação ou de sua folha de rosto (autenticada no IFBA ou em cartório)
Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico	1h de AD = 5h de AC	Até 30h	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária
Participação em grupos de estudos, grupos de trabalho e/ou pesquisa	4h de AD = 1h de AC	Até 30h	Declaração ou certificado emitido pela coordenação do grupo de estudos, grupo de trabalho e/ou de pesquisa.
Participação com aprovação como aluno regular ou como aluno especial em Programas de Pós-Graduação.	1 disciplina de AD = 40h de AC	Até 80h	Declaração ou histórico emitido pela coordenação do Programa de Pós-Graduação.

**Fonte:** Elaboração própria

#### 4.7.2 Organização e Validação das Atividades Complementares

As Atividades Complementares são organizadas e validadas observando os seguintes critérios:

I. Somente são consideradas como Atividades Complementares as atividades realizadas pelo estudante a partir de sua matrícula no curso.

II. São destinadas 200 (duzentas) horas para as Atividades Complementares.

III. As Atividades Complementares, para serem reconhecidas e incorporadas à carga horária necessária à integralização do Curso, são avaliadas e validadas pelo Colegiado do Curso.

IV. A validação deve ser requerida pelo estudante, que deve apresentar os documentos que comprovem a sua participação nas Atividades Complementares de acordo com o prazo estabelecido no calendário acadêmico.

V. As horas excedentes serão desconsideradas da contagem da carga horária das Atividades Complementares.

VII. Os casos omissos deverão ser analisados pelo Colegiado do Curso.

## 4.8 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

### 4.8.1 Política de ensino

O curso oportuniza ao cursista vivenciar práticas educativas que potencializam o pensamento crítico e autônomo, comprometido com a construção da cidadania, com a transformação social e com a promoção de práticas éticas e democráticas. Está imerso na concepção de ensino do IFBA de forma ampla, conforme descrito a seguir:

O ensino no IFBA deve ter por princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e tecnologia destinada à construção da cidadania e da democracia, mediante o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida e a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora.

Deve buscar ainda a articulação com a pesquisa e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas do conhecimento, promovendo oportunidades para uma educação continuada, da educação básica à pós-graduação (PDI 2014-2018).

Ressalta-se também, que esse ensino, histórico e crítico, pressupõe o compromisso com a vida, com a defesa do meio ambiente, a partir de experiências de criação e de produção solidária, associada, colaborativa, com vistas à emancipação humana. Além disso, o curso se apresenta como um potencializador das metas de ensino estabelecidas do PDI-IFBA (2014-2018) ao articular a oferta do curso à demanda de “capacitação e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”, tanto do IFBA como da comunidade externa (IFBA, 2014).

### 4.8.2 Política de pesquisa

O curso propicia a atuação dos cursistas em atividades de pesquisa, de modo a desenvolver a curiosidade e o perfil investigativo, a partir de práticas educativas que potencializem o pensamento crítico e autônomo, conforme expressa o PDI –

IFBA(2014-2018). Destarte, atende ao conceito de pesquisa do IFBA, conforme descrito a seguir:

A pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia é entendida como uma atividade de produção de conhecimento e, nesse sentido, está sempre associada às atividades de ensino e às ações de extensão. A pesquisa tem por objetivo realizar o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, o comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a comunidade (IFBA, 2014, p. 121).

As atividades de pesquisa e produção científica são as ações realizadas pelos docentes e discentes que tenham como objetivo o desenvolvimento tecnológico, científico e cultural, compreendendo:

- Publicação de artigos em seminários de iniciação científica;
- Publicação de artigos em revistas científicas, congressos, simpósios e seminários, nacionais e internacionais;
- Participação em congressos, simpósios, seminários e outros eventos técnico-científicos, de abrangência nacional e internacional, como moderador, debatedor, coordenador, secretário ou palestrante;
- Produção de livro técnico ou científico, capítulo de livro ou citação em artigos de periódicos indexados;
- Produção de manual técnico, didático e/ou relatório técnico;
- Editoração, organização e/ou tradução de livros técnicos/científicos;
- Inventos e demais produtos de pesquisa com registro e patente;
- Participação, como editor-chefe, associado ou membro de conselho científico, e meditoras de revistas científicas indexadas;
- Participação em grupos de pesquisas;
- Outras atividades correlatas, devidamente autorizadas pelo Coordenador do Curso e instâncias superiores da instituição, conforme orienta as políticas de pesquisa.

Vale ressaltar que a pesquisa é vivenciada pelos cursistas desde o início do processo formativo no curso, representando um princípio educativo. Dessa forma, os cursistas são incentivados tanto a desenvolver habilidades de pesquisa durante a vivência nos componentes curriculares, como são instrumentalizados a construir

práticas investigativas que culminam tanto nas atividades desenvolvidas com caráter avaliativo, nas ações de intervenção, quanto nas análises promovidas pelos estágios supervisionados (atividades em exercício) que culminam na construção do TCC. Além disso, são incentivados a participarem e/ou publicarem de eventos científicos, o que compreende a parte diversificada do currículo e é aproveitado como atividade complementar.

#### **4.8.3 Política de extensão**

O Curso Superior de Licenciatura em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica propiciará a atuação dos cursistas nas ações de extensão, de modo que o seu desenvolvimento produza a contínua reflexão das práticas institucionais, na interação entre o conhecimento científico produzido no curso e sua interface com a comunidade. Dessa forma, atendendo ao conceito de Extensão expresso no PDI – IFBA (2014-2018):

Entende-se por Extensão Tecnológica toda e qualquer atividade educacional, científica e cultural que, articulada com o ensino e com a pesquisa, leva o IFBA a interagir com a sociedade por intermédio dos seus corpos docente, técnico e discente (IFBA, 2014-2018, p.118).

Assim, a extensão é desenvolvida conforme os objetivos definidos no PDI e descritos abaixo:

Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;

Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;

Propiciar ao estudante o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artístico, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;

Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;



Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de ideias e vivências;

Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre a extensão e as atividades de ensino e pesquisa;

Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de extensão, como também de ensino e de pesquisa;

Incentivar ações permanentes voltadas para a formação inicial e continuada de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos (IFBA, 2014, p. 36).

As atividades propostas no curso primam pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, obedecendo aos princípios educativos propostos pela Instituição. Considerando o perfil dos cursistas e as atividades propostas ao longo do curso, a extensão pode ser visualizada tanto nas práticas de intervenção nos estágios supervisionados, onde são refletidos problemáticas inerentes a esses espaços de prática, como nas ações internas do curso.

#### **4.8.4 Articulação ensino, pesquisa e extensão**

Na Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, o ensino, a pesquisa e a extensão estão presentes de forma articulada e indissociável, fato que pode ser observado na sua estrutura e nas ações institucionais, resguardando a concepção de sujeito defendida pelo PDI, na qual a historicidade e a criticidade são princípios do ensino e da aprendizagem. Isso porque, tanto a historicidade quanto a criticidade vinculam-se à ciência e à tecnologia e estas, por sua vez, tornam-se sustentáculos da ampliação da cidadania, dos espaços de democracia, com o enfrentamento de todas as formas de opressões, de discriminação e de preconceito.

Assim, faz sentido ter, no currículo do curso, a ciência, as tecnologias e suas difusões como eixos articuladores e mediadores das dimensões teóricas do conhecimento e das dimensões práticas da docência. Ao assumirmos a indissociabilidade como um dos princípios formativos do curso, estamos tal qual aponta o Projeto Político Institucional – PPI da instituição, pois, nesse aspecto, “[...]”

será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento” (IFBA, 2013, p. 28).

Destarte, o cursista, ao assumir o seu ambiente de trabalho, a escola/instituição educativa, como um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise já demonstra articulação indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão. Pesquisar a sua prática fundamentada em estudos teóricos possibilita, então, uma análise comparativa entre o que se faz e o que foi proposto. Diante disso, o registro dessa pesquisa possibilitará não só um trabalho final de curso, mas também a elaboração de artigos científicos, de resenhas, de revisões bibliográficas, de projetos de pesquisa e extensão, entre outros trabalhos científicos. Assim, a formação de um professor pesquisador é uma possibilidade de formação para docência (LUDKE, 2001; NÓVOA, 2001; TARDIF, 2002; ANDRÉ, 2006) que se traduz na proposta pedagógica deste curso.

#### 4.9 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão presentes em todo o curso, já que o mesmo é ofertado na modalidade a distância e utiliza o *Moodle* como ambiente virtual de aprendizagem. Os alunos podem acessar o AVA, a qualquer hora, de qualquer lugar, através do endereço <http://uab.ifba.edu.br/>, possibilitando que o material com os conteúdos a serem desenvolvidos no curso fique sempre disponível, além de possibilitar a interação entre os professores formadores, os tutores e os cursistas. O curso utiliza recursos disponíveis nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES) e no Portal EduCapes<sup>2</sup>.

Interfaces importantes para realização de atividades e interação estão presentes no *Moodle*, como *chats*, *fórum*, *wiki*, entre outras, sempre com objetivo de aumentar a comunicação entre todos os envolvidos no processo e possibilitar discussões que levem a aprendizagens significativas. As TIC também são utilizadas nos encontros presenciais, por intermédio de vídeos, *softwares*, computadores e

---

<sup>2</sup> O eduCAPES é um portal de objetos educacionais abertos para uso de alunos e professores da educação básica, superior e pós graduação que busquem aprimorar seus conhecimentos.

lousas digitais. Além disso, nos encontros síncronos, também, são utilizados recursos de *WebConferência* e *Stream*.

Há de se ressaltar que o curso está em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em especial ao seu Capítulo II do Título III. Na entrada do estudante com deficiência, o Projeto Pedagógico é adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante e são utilizados programas como, por exemplo, o *Dosvox*, o *Virtual Vision* e outros, conforme a especificidade da deficiência.

## 5 ACESSIBILIDADE

O curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, conjuntamente com os gestores institucionais, os docentes, os núcleos/coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE/CAPNE) e as Coordenações/Direção Pedagógica e de Assistência Estudantil, entre outros, tem o compromisso de garantir a acessibilidade dos cursistas com deficiência, por meio da promoção de condições de acesso e eliminação de barreiras arquitetônicas, de transportes, instrumentais, atitudinais, pedagógicas, programáticas, digitais e comunicacionais.

A acessibilidade metodológica e aos conteúdos curriculares serão assegurados no curso, conforme a Resolução do CONSUP/IFBA n. 30, de 12 de dezembro de 2017, que aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras necessidades específicas no âmbito do IFBA, e a legislação vigente. Algumas ações previstas para serem implementadas para assegurar a acessibilidade metodológica são: flexibilização do tempo, elaboração de avaliações que atendam à especificidade da deficiência, modificação da fonte dos textos didáticos, impressão de material em *Braille*<sup>3</sup>, atendimento individual, etc. Dessa forma, a metodologia será adaptada conforme as demandas que surgirem de acordo com necessidade específica.

Assim, o Projeto é elaborado de acordo com os dispositivos legais e normativos vigentes, conforme descrito:

- A Constituição Federal de 1988, artigos 205, 206 e 208;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996;
- Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2004, que trata sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

---

<sup>3</sup> *Braille* é um sistema de escrita utilizado para garantir que pessoas cegas ou com baixa visão possam ler.

- O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que trata sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior;
- Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Destaca-se que, no Projeto do Curso, se prioriza a efetiva inclusão de cada cursista com necessidades especiais, por conta disso é previsto a elaboração de um Plano de Atendimento Educacional Especializado, individualizado, que visa atender a(s) necessidade(s) de cada estudante com deficiência.

## 6 SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE COM DEFICIÊNCIA

A inclusão, princípio de respeito às diferenças e ao atendimento às necessidades prementes da maioria da população brasileira, é um dos fundamentos balizadores das relações sociais, administrativas e educativas no IFBA, previstos no PPI (IFBA, 2013, p. 19). O documento coloca em destaque a necessidade de criar mecanismos que garantam o acesso, a permanência, o êxito e a “proteção integral” do estudante, como previstos nas legislações brasileiras. Diante dessa demanda, no PDI é assumido que o planejamento educativo no Instituto deve adequar-se para acolher e para fornecer educação de qualidade para todos, incluindo pessoas com necessidades específicas.

Além do PDI e PPI, existem dois documentos que expressam o entendimento e as ações do Instituto sobre o Serviço de Apoio ao Discente e à Pessoa com Deficiência, sendo eles: Resolução do CONSUP/IFBA n. 30, de 12 de dezembro de 2017, que aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA, e a Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016, que apresenta as normas, critérios e procedimentos da Política de Assistência Estudantil do IFBA.

Baseado em tais referenciais, o desafio de propiciar a igualdade de direitos e o respeito às especificidades individuais devem ser impulsos que movimentam os documentos e as práticas cotidianas, em direção ao reconhecimento da diversidade no interior do Instituto e a práticas educativas inclusivas.

O Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educativas Especiais (NAPNE) e a Coordenação de Apoio à Pessoa com Necessidades Educativas Especiais (CAPNE) objetivam desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o seu acesso, para a sua permanência e para sua conclusão com êxito, nos cursos oferecidos pelo IFBA.

Caso seja identificado o ingresso de cursistas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEE) no curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, os NAPNE/CAPNE dos *campi* do IFBA contribuirão no fomento da sustentabilidade do processo inclusivo, mediante ações voltadas para a sensibilização da comunidade escolar, nas adequações curriculares, na

aprendizagem cooperativa em sala de aula e na constituição de redes de apoio, promovendo, assim, a permanência desses estudantes no curso.

Quanto à política de Assistência Estudantil do IFBA, essa se constitui num arcabouço de princípios e de diretrizes que orientam a elaboração e a implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, conforme explícito na Resolução CONSUP n. 25/2016:

Parágrafo Único: A Política de Assistência Estudantil do IFBA se constitui num arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial (IFBA, 2016).

Assim, a Política de Assistência Estudantil do IFBA está dividida em três eixos: (1) o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), que se destina a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica; (2) os Programas Universais (PU), que se destinam a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos; e (3) os Programas Complementares (PC), que se destinam a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, devendo a sua participação está condicionada às questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

Para a concretização da Política de Assistência Estudantil existe uma Gestão Central, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino do IFBA, e articulada com as Gestões da Assistência Estudantil nos campi. A Gestão Central é responsável por gerir e acompanhar as informações, as ações e os programas da Assistência Estudantil, em todo o IFBA, e é composta por uma equipe multidisciplinar, seguindo as orientações da Política de Assistência Estudantil. Por outro lado, a Comissão Local é responsável por coordenar a Política de Assistência Estudantil no seu respectivo campus, e é também composta por uma equipe multidisciplinar, incluindo a representação estudantil.

## 7 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Avaliar consiste numa das tarefas mais complexas da ação formadora. Visa, entre os aspectos mais complexos, acompanhar os resultados alcançados em relação às competências docentes e aos objetivos do curso, ou seja, em que medida as atividades avaliativas foram desenvolvidas e onde será necessário retomar ou modificar o curso da formação.

Nesse sentido, a avaliação deverá ter como finalidade a orientação do trabalho dos docentes na formação, permitindo-lhe identificar os níveis e as etapas de aprendizagem alcançadas pelos estudantes, assim como, deve permitir monitorar e acompanhar o desenvolvimento do curso, reorientando as suas ações. Em se tratando da verificação dos níveis alcançados, é fundamental que a avaliação esteja focada na capacidade de acionar conhecimentos e de mobilizar outros, em situações simuladas ou reais da atuação profissional.

Com esse fim, se faz necessário não somente a utilização de instrumentos e meios diferenciados de avaliação do processo de ensino, como principalmente a importância dos conhecimentos prévios, das experiências, das atitudes, das iniciativas e da capacidade de aplicá-los na resolução de situações problema.

### 7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os professores-cursistas são avaliados tomando como base as Normas Acadêmicas do Ensino Superior do IFBA. O Professor Formador, responsável pelo componente, avalia os alunos de forma contínua, utilizando diversas atividades. Nessa proposta de formação, adota-se a concepção de avaliação a partir de autores como Romão (2003), Hoffmann (s.d.) e Luckesi. Hoffman (s.d.) entende a avaliação a partir da concepção mediadora. Para a autora,

O paradigma de avaliação que se opõe ao paradigma sentencioso, classificatório é o que denomino de 'avaliação mediadora'. [...] Tal paradigma pretende opor-se ao modelo do "transmitir-verificar-registrar" e evoluir no sentido de uma ação avaliativa reflexiva e desafiadora do educador em termos de contribuir, elucidar, favorecer a troca de idéias entre e com seus alunos, num movimento de superação do saber transmitido a uma produção de saber enriquecido, construído a partir da compreensão dos fenômenos estudados (HOFFMANN, [s.d.], p. 1).



A concepção da autora está em consonância com os pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica, principal referência nas ações de ensino do IFBA. Além dessa autora, adotou-se a concepção dialógica de avaliação com base em Romão (2003). Para esse autor, a avaliação, enquanto relação dialógica e a serviço da formação da pessoa, deve perpassar pela assunção de que ela “deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o estudante, quanto para o professor” (ROMÃO, 2003, p. 59).

O planejamento de ensino dos componentes é feito por meio de reuniões realizadas entre os professores-formadores e a equipe de tutoria. Então, as atividades avaliativas são realizadas de forma processual, pautadas em práticas formativas e contextualizadas, a partir das práticas pedagógicas envolvidas no âmbito do curso. Além disso, tais atividades são devidamente orientadas e esclarecidas, coletivamente, entre todos os envolvidos, inclusive os cursistas. Enfim, cabe ao professor-formador responsável pelo componente curricular propor os instrumentos, definir os critérios e acompanhar a realização das avaliações, de forma que realize intervenções, esclarecimento das dúvidas, e, se necessário, redirecionamento da proposta, a depender das necessidades apresentadas pelos cursistas.

As atividades avaliativas estão relacionadas à prática docente e à vivência do cursista durante o curso, para tanto, sugere-se como instrumentos: painéis, seminários, atividades em grupo, construção de propostas pedagógicas, planos de aprendizagem, planos de aula, objetos de aprendizagem e sequências didáticas, construções textuais individuais e colaborativas, entre outras. O processo avaliativo é considerado na sua dimensão participativa e dialógica, no qual os resultados parciais (*feedback*) são refletidos de forma a contemplar a dimensão formativa, impulsionando a aprendizagem dos sujeitos envolvidos (formadores, tutores e cursistas).

Como mencionado anteriormente, a acessibilidade também está garantida nos momentos avaliativos, conforme prevê a Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017, que institui a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas, no âmbito do IFBA. É garantido aos cursistas com deficiência, e/ou com outras necessidades educacionais específicas, respeito às

diferenças e especificidades individuais, de modo a contribuir para o efetivo desenvolvimento do seu percurso educativo, incluindo:

- i. instrumentos diferentes e/ou adaptados às necessidades de cada discente;
- ii. ampliação do tempo para realização das avaliações;
- iii. atendimento individualizado antes e após a avaliação para melhor aproveitamento acadêmico do cursista.

Existem diferentes tipos de acessibilidade, entretanto, para o atendimento adequado há a necessidade de manifestação dos cursistas antes da definição da melhor estratégia a ser empregada. Considerando que as atividades são desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem, as mesmas podem ser adaptadas, promovendo a acessibilidade metodológica. Nesse ínterim, a avaliação, proposta como formativa, pautada numa concepção dialógica, pode integrar diferentes ferramentas digitais, a partir da necessidade requerida, como por exemplo: acervo em formato especial, Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), recursos de tecnologia assistiva disponíveis em meio digital, além das adaptações arquitetônicas no Polo de realização das atividades presenciais.

Entendendo os momentos presenciais como oportunidades de construções coletivas e como possibilidades de alinhamento e de aprofundamento das discussões iniciadas no ambiente virtual de aprendizagem, as avaliações presenciais devem constar de atividades que possibilitam a argumentação, a crítica e a construção do conhecimento, de maneira que os cursistas possam refletir sobre o papel do docente na Educação Profissional.

Além da avaliação processual, que se dá no AVA com diferentes recursos, como: *fóruns*, *wiki*, ou outras atividades propostas, existem três momentos avaliativos, conforme Normas Acadêmicas do Ensino Superior (2007), contemplando as avaliações A1, A2 e A3, distribuídas da seguinte forma: duas atividades orientadas, a serem realizadas ao longo do componente, e a avaliação presencial no final do componente. As três avaliações têm pesos diferentes, preservando o total de 10. Como exemplo cita-se: A1 (orientada) peso 2 + A2 (orientada) peso 2 + A3 (presencial) peso 6. Desta forma, as Orientações Gerais da UAB - IFBA estão preservadas, pois ao somarmos os pesos das avaliações orientadas no AVA teremos 40% do resultado (peso 4) e o presencial 60% dos resultados (peso 6). A

média geral é 7(sete) pontos para aprovação no componente, sendo resguardado, contudo, o direito à prova final, conforme Normas Acadêmicas do IFBA vigentes.

São considerados critérios qualitativos de avaliação: participação, comprometimento, pontualidade e resolução das atividades propostas.

## 7.2 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

As normas de avaliação do ensino estão sistematizadas, sendo parte que integra a Avaliação Institucional (estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFBA é o órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada. Seu objetivo é conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como a sistematização e o fornecimento de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), consideradas as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Em conformidade com o estabelecido pela supracitada Lei, a CPA goza de autonomia em relação aos conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na instituição.

A avaliação é realizada por meio de aplicação de questionários eletrônicos. A participação de todos os envolvidos tem como base as opiniões de discentes, docentes, técnicos administrativos, egressos e comunidade externa. Os instrumentos empregados podem ser acessados remotamente (*online*), pois são disponibilizados pelo sistema acadêmico e via *e-mail*, sendo seu preenchimento facultativo.

Sete instrumentos de avaliação compõem a autoavaliação: questionários de avaliação global (A1, D1, B, E e C) e questionários de avaliação de disciplina (A2 e D2), discriminados a seguir. Os resultados desses questionários integram o processo de avaliação geral do curso.

Questionários utilizados:

- A1 – Avaliação Institucional Global pelo Discente
- A2 – Avaliação de Disciplina e Docente pelo Discente
- B – Avaliação Global pelo Técnico Administrativo
- C – Avaliação Global pela Comunidade Externa
- D1 – Avaliação Institucional Global pelo Docente
- D2 – Avaliação de Disciplina e Curso pelo Docente
- E – Avaliação Global pelo Egresso

Os conteúdos dos questionários, bem como o Relatório, levam em consideração as dimensões avaliativas estabelecidas pelo instrumento de avaliação institucional do SINAES e pela nota técnica INEP/DAES/CONAES, N. 65, de 9 de outubro de 2014. Tal organização permite que as respostas da comunidade sejam consideradas e analisadas, visando ações institucionais.

É importante ressaltar que o presente PPC também é objeto de avaliação periódica por todos os agentes responsáveis pela gestão, pela condução do curso (Colegiado e NDE), e, principalmente, pelos estudantes.

### 7.3 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS

De acordo com as normas acadêmicas vigentes, entende-se por aproveitamento de estudos o processo de reconhecimento de componente curricular cursado com aprovação em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras (credenciadas pelo Ministério da Educação, oficiais ou reconhecidas), quando solicitado pelo estudante regularmente matriculado.

Os procedimentos e as práticas da Instituição para aproveitamento de componentes curriculares para os cursos superiores do IFBA estão estabelecidas nas Normas Acadêmicas do Ensino Superior (2007).

A análise e o julgamento do aproveitamento serão efetuados pelo Colegiado do curso, respeitando os prazos e as normas institucionais. Deferido o aproveitamento de disciplina, a Coordenação do Curso encaminhará o processo ao Setor de Registros para atualização do registro acadêmico do estudante.

Procedimentos de avaliação de competências profissionais, anteriormente desenvolvidas, também podem ser realizados, sempre respeitando as normas acadêmicas em vigor.

O aproveitamento de disciplinas decorrente de Convênios, de Intercâmbio ou de Acordo Cultural entre o IFBA e outras Instituições de Ensino Superior se dará conforme os termos estabelecidos no convênio e na Resolução IFBA/CONSUP nº 36 de 29 de julho de 2013.

## 8 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

A gestão acadêmica do curso é composta por:

- Colegiado do Curso;
- Coordenação do Curso; e
- Núcleo Docente Estruturante (NDE).

### 8.1 COLEGIADO

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica é um órgão de função consultiva, deliberativa e avaliativa de assuntos relacionados às políticas de ensino, conforme diretrizes da Instituição e dos órgãos superiores. Está institucionalizado pela Portaria nº 476, de 19 de fevereiro de 2019.

É composto pelo(a) Coordenador(a) do Curso, que o preside, docentes em exercício das áreas de conhecimento relacionadas ao projeto do curso; representação discente, na proporção de 1/5 do total do colegiado, um representante da área técnico pedagógica e um representante discente (eleito pelos seus pares), regularmente matriculado no Curso, conforme Resolução IFBA/CONSUP nº 23, DE 16 de maio de 2019). Assim, cabe ao Colegiado as seguintes atribuições e competências descritas a seguir.

- I - propor diretrizes gerais dos programas das disciplinas dos cursos, indicando o enfoque do ensino de cada disciplina no currículo;
- II - propor a elaboração do projeto do curso e suas alterações, quando necessárias;
- III - avaliar o curso, sistematicamente, sugerindo à Coordenação de Curso os ajustes necessários;
- IV - sugerir intercâmbio, substituição ou capacitação de professores, bem como providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade de ensino;
- V - deliberar sobre trancamento ou dispensa de matrícula, transferência, bem como outros processos vinculados à vida estudantil, no âmbito de sua área de atuação;

- VI - emitir pareceres sobre adaptações e equivalências curriculares;
- VII - assegurar a interconexão entre teoria e prática de conteúdos e disciplinas no âmbito de cada Curso;
- VIII - propor ao NDE alterações no conteúdo programático das disciplinas, visando a sua atualização e modernização;
- IX - deliberar sobre problemas disciplinares e atitudes do corpo docente e discente vinculados a sua área de atuação;

As reuniões do Colegiado do Curso serão ordinárias com encontros uma vez por mês e extraordinárias sempre que for necessário.

## 8.2 COORDENAÇÃO DO CURSO

O coordenador do curso deve ser docente efetivo do IFBA, com formação em Licenciatura em Pedagogia, possuir titulação mínima de mestre na área de Educação ou Educação Profissional ou Educação e Tecnologias, e ter a disponibilidade de 20h semanais de dedicação ao curso, e experiência em gestão e/ou formação docente. O Coordenador do curso é selecionado por meio de Edital publicado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e pela Coordenação do Programa (quanto se tratar de oferta especial), a partir de Processo Seletivo Simplificado com duração de até 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

A coordenação do curso deve participar de reuniões periódicas com a Coordenação Geral do Programa, reuniões de planejamento com os professores-formadores, equipe de tutoria e equipe multidisciplinar, de forma a favorecer as ações pedagógicas que potencializam a integração dos envolvidos e a melhoria contínua do curso. Além disso, deve disponibilizar meios de contato com os cursistas em diferentes plataformas digitais, a exemplo do Sistema Acadêmico (SUAP), e-mails, *Whatsapp* e demais recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A coordenação do curso deve contar com o suporte pedagógico da coordenação de tutoria e com a mediação da equipe de tutoria, de modo a potencializar a relação com todos os envolvidos, sobretudo com os estudantes. Para isso, o AVA, o Programa UAB do IFBA dispõe de um espaço específico para interlocução da Coordenação de Curso com a Coordenação Geral, com a

Coordenação de Tutoria, com a equipe multidisciplinar, com os Coordenadores de Polo e com os discentes do Curso, denominado AVT (Ambiente Virtual de Trabalho). Sendo assim, constituem atribuições do Coordenador de Curso:

1. Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
2. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, acompanhando o registro das Atas;
3. Executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
4. Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas nas instituições de ensino;
5. Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
6. Realizar o planejamento e o desenvolvimento da atividade de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
7. Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
8. Participar dos fóruns virtuais e dos presenciais da área de atuação;
9. Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos;
10. Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
11. Verificar *in loco* o andamento do curso;
12. Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
13. Informar ao coordenador do Programa (quando se tratar de oferta especial) a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;
14. Auxiliar o coordenador do Programa na elaboração da planilha financeira do curso;
15. Organizar a oferta semestral de disciplinas, atividades, TCC e Estágios;
16. Prestar orientação ao estudante sobre sua vida acadêmica e sua integralização curricular;
17. Encaminhar aos órgãos competentes os processos com as deliberações e as providências tomadas pelo Colegiado do curso;



18. “Manter” atualizado o Projeto Pedagógico do Curso, juntamente com o corpo docente e a representação discente, submetendo-o à aprovação do Colegiado;
19. Adotar, *ad referendum* do Colegiado, providências de caráter urgente e de interesse do curso;
20. Apresentar ao colegiado de curso para deliberação, nas reuniões ordinárias, todas as providências *ad referendum* que foram tomadas;
21. Informar aos docentes e discentes sobre Exames Nacionais do Curso, adotando e/ou indicando providências para o melhor desempenho do curso;
22. Atender as solicitações que lhes forem designadas formalmente pelos órgãos superiores do IFBA;

### 8.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem função consultiva, responsável pela concepção, pela consolidação contínua, pela atualização e pela revitalização do PPC. Está institucionalizado segundo a Portaria nº 476, de 19 de fevereiro de 2019.

O NDE é constituído por no mínimo 05 (cinco) professores, entre estes, o Coordenador do Curso, a quem cabe a sua presidência. Dos componentes do NDE, 60% deverão ter pós-graduação *stricto sensu*.

A composição, estruturação e as atividades que o NDE do curso desenvolve estão de acordo com a Resolução CONSUP/IFBA Nº 17, de 27 de agosto de 2012, cujas atribuições são:

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) colaborar com a atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- c) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- d) cooperar na supervisão das formas de avaliação e de acompanhamento do curso definidas pelos Colegiados;
- e) contribuir para a análise e para avaliação do Projeto Pedagógico, das Ementas, dos Conteúdos Programáticos e dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;

- f) auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente, inclusive com a avaliação institucional, recomendando aos Colegiados dos Cursos a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- g) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE avaliará o PPC levando em consideração os seguintes aspectos:

- a) Avaliação do corpo discente sobre o curso com relação à estrutura curricular, utilização dos espaços educativos (laboratórios, bibliotecas, etc.), a atuação dos docentes, a estrutura física, a comunicação com a coordenação do curso, etc.;
- b) Avaliação do corpo docente sobre o curso com relação a sua estrutura curricular, a auto-avaliação, a estrutura física, a comunicação com a coordenação do curso, etc.;
- c) Avaliação da equipe multidisciplinar sobre o curso com relação à atuação dos docentes, dos discentes, da comunicação com a coordenação do curso, da estrutura física, assim como do seu desempenho contribuindo para o bom andamento do curso, etc.;
- d) Avaliação interna do curso a partir da análise do índice de evasão, da produção científica dos alunos, dos projetos integrados de ensino, da pesquisa e extensão, da estrutura curricular, da biblioteca, da média das avaliações anuais por grupos de alunos etc.
- e) Análise da avaliação externa do curso, ENADE, CPC e outras.

Ao avaliar os itens acima, o NDE deverá não somente ter as informações necessárias à retroalimentação do PPC, como também apontar ações pedagógicas e/ou administrativas que se fizerem necessárias para o melhor andamento do curso.

## 9 INFRA-ESTRUTURA

### 9.1 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

O corpo docente do curso é composto, prioritariamente, por professores mestres e doutores, aprovados via edital público de seleção. Segue a relação dos docentes selecionados (Quadro 5) para atuarem na primeira turma, através do Edital UAB/IFBA 02/2018.

**Quadro 5:** Quadro Docente da Primeira Turma

<b>DOCENTE</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>CH</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
Diana Melo	Organização da Educação Brasileira: Pensando a EPT	30h	Doutorado
Moema Soares	Introdução a EAD	30h	Doutorado
Ana Paula Melo	Fundamentos da Educação	60h	Mestrado
Cristiane Copque	Gestão em Educação	60h	Mestrado
Monica Moreira	Estágio Supervisionado I (Atividades em Exercício do Ciclo I)	100h	Mestrado
Diana Melo	Currículo e Prática Pedagógica	45h	Doutorado
Monica Moreira	Avaliação do processo ensino-aprendizagem na educação profissional	45h	Mestrado
Maryvalda Sales	Tecnologia aplicada a Educação	30h	Doutorado
Ana Chiara	Práxis Pedagógica do professor EBTT	60h	Doutorado
Maryvalda Sales	Educação e Contemporaneidade	30h	Doutorado
Monica Moreira	Estágio Supervisionado II (Atividades em exercício do Ciclo II)	100h	Mestrado
Claudia Cunha	Educação Inclusiva	45h	Doutorado
Moema Soares	Pesquisa em Educação	30h	Doutorado

Yúrika Sato Nóbrega	LIBRAS	60h	Mestrado
Cristiane Copque	Tópicos Especiais em Educação	45h	Mestrado
Monica Moreira	Estágio Supervisionado III (Atividades em exercício do Ciclo III)	100h	Mestrado
Roberto Melo	Orientação de TCC	----	Doutorado

**Fonte:** elaboração própria

Para atuar na tutoria da primeira turma foram nomeados profissionais com formação em Pedagogia, selecionados pela Chamada Interna PROEN/UAB/IFBA 01/2018, em cada campus e/ou polo de oferta do curso:

**Quadro 6:** Quadro de Tutoria da Primeira Turma

TUTOR	POLO
Katia Quele Pereira da Silva	Brumado
Genildo Soares Santos	Camaçari
Giovana Silva Rosa dos Santos Oliveira	Ilhéus
Deiveson Carlos Feitosa da Cruz	Irecê/Euclides da Cunha
Isaete Bezerra de Alencar	Paulo Afonso
Paula Suzane Pereira Souza	Seabra
Taiane Barbosa Ferreira	Salvador - Barbalho
Katia Souza de Lima Ramos	Salvador - IAT
Anely Silva Amorim/ Camila Timpani Ramal	Vitoria da Conquista

**Fonte:** elaboração própria

## 9.2. COORDENAÇÃO DE TUTORIA

A principal atividade da Coordenação de Tutoria consiste em acompanhar e apoiar os processos de ensino e de aprendizagem para que haja interação entre os

atores do processo, a saber: professores formadores, discentes, coordenação de Curso e Coordenadores de Polo.

A coordenação de tutoria está sob a responsabilidade da Gabriela Mayra Bezerra Costa Peres, Pedagoga e Especialista em Psicologia Escolar e da Aprendizagem e Educação a Distância. Conforme UAB-CAPES, descreve-se suas funções:

- Apoiar a coordenação de curso no planejamento pedagógico do curso;
- Estimular e sugerir discussões periódicas sobre os aspectos pedagógicos do curso;
- Apoiar a coordenação de curso na orientação dos trabalhos de professores que atuam e que irão atuar no curso;
- Apoiar a coordenação de curso no estudo, junto a estudantes, a professores e a tutores, da Proposta Pedagógica do curso (PPC);
- Coordenar a produção do material didático, do guia de estudo e a organização do AVA do curso;
- Coordenar o processo de seleção e formação dos tutores com apoio da coordenação UAB/IFBA;
- Orientar, acompanhar, apoiar e avaliar o trabalho dos tutores e professores no curso;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Verificar “in loco” (nos polos) o bom andamento do curso;
- Participar do processo de avaliação do curso, em suas múltiplas dimensões;
- Contribuir para a elaboração do relatório semestral e anual sobre o andamento do curso;
- Controlar a presença dos tutores, fornecendo folha de presença à coordenação de curso para efeito de comprovação de direito a bolsa do mês.

### 9.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Os cursos ofertados pela Coordenação UAB/IFBA também contam com uma equipe Multidisciplinar (Cf. Quadro 07) necessários à estruturação e funcionamento

de cursos nessa modalidade com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância.

**Quadro 07:** Equipe Multidisciplinar

Nome	Formação Acadêmica	Função ou Cargo na Equipe
Renivaldo Alves dos Anjos	Licenciado em Computação	Gestor AVA
Soraya Meira	Graduação em Design	Design Grafica
Suelen Gonçalves Paixão	Mestrado em Educação	Coordenadora Pedagógica
Gabriela Mayra Bezerra	Mestrado em Educação	Coordenadora de Tutoria
Yurica Sato	Doutoranda em Educação	Coordenadora de Tutoria
Thelma Lima da Cunha	Mestrado em Educação	Coordenação Pedagógica
Priscila Ramos	Especialista em Gestão de Pessoas	Apoio Administrativo
Tiago Alves Nunes	Doutorando em Letras	Apoio Pedagógico
Josemira Araujo	Bacharelado em Administração	Apoio Financeiro
Leandro Sodré Barreto	Mestrado em Matemática	Coordenação de Inovação
Dionisio Leite da Conceição	Bacharelado em Administração	Gestor Financeiro do Programa

**Fonte:** elaboração própria

#### 9.4 EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (CORES/GRA E TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS)

A equipe técnico-administrativa a qual esse projeto se refere são os profissionais da Coordenação e/ou Gerência de Registros Acadêmicos e os técnicos de laboratórios dos campi do IFBA, servidores públicos, que desenvolvem suas atividades em conformidade com as Normas Acadêmicas do Ensino Superior e as suas atribuições em cada um dos campi.

Há de se ressaltar que os profissionais das CORES/GRA são responsáveis, dentre outras coisas, pelos registros dos alunos como: matrículas, avaliações e emissão de diplomas dos cursistas que integralizarem o curso com aprovação. Já os técnicos dos laboratórios assessoram as atividades dos laboratórios.

Em se tratando de oferta especial, a cada edital, novos Polos/campi podem ser atendidos. Dessa forma, não há previsibilidade de quais profissionais nomeadamente atenderão cada oferta. Convém ressaltar que são profissionais efetivos da Instituição, que não estão incluídos em Programa de Bolsas, portanto, não há edital de seleção.

## 9.5 INSTALAÇÕES

Por se tratar de uma oferta feita à distância, o curso utiliza as instalações dos campi do IFBA como Polos de apoio presenciais para o desenvolvimento do curso: salas de aulas, sala dos professores, sala de coordenação, laboratório, espaços de convivência, biblioteca e auditório.

O curso dispõe de uma coordenação com sede na Reitoria. Também é utilizado o Polo Salvador - Paralela do Sistema UAB, localizado no Instituto Anísio Teixeira-IAT contendo salas de aula, sala de Videoconferência, Laboratórios de Informática, Biblioteca, Auditório e Espaços de Convivência.

Para esta oferta existem dez polos de apoio presencial, conforme quadro 8:

**Quadro 8:** Relação do Polos

<b>POLOS</b>
Brumado
Camaçari
Ilhéus
Irecê
Euclides da Cunha
Paulo Afonso
Seabra
Salvador - Barbalho
Salvador - IAT
Vitória da Conquista

**Fonte:** Elaboração própria

## **10 CERTIFICAÇÃO**

Após a integralização do curso será emitido um diploma de **Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica com Habilitação na área do curso de origem do concluinte.**



## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. (Org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 55-69.
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves; PINHEIRO Leandro da Nóbrega; NUNES, Mônica Ferreira. Diário de pesquisa virtual: uma experiência formativa on-line. *Educação & Linguagem*, v. 12, n. 19, 160-178, Jan.-Jun. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p.1.
- BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 17/02/2016.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2015a.
- BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 3, de 03 de outubro de 2018 que altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=98131-rcp003-18&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98131-rcp003-18&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192)>. Acesso em: 14 dez. 2020
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 14 dez. 2020

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 008/2012, de 06 de março de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10356-pceb008-12-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10356-pceb008-12-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, DE 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10)>

988-rcp002-12-pdf&category\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015b.

BRASIL. Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais. Brasília: CNE/CEB, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRASIL. Edital nº 75/2014 - Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Publicado em 19 de setembro de 2014. Disponível em: < <https://uab.capes.gov.br/editais-ded/7281-edital-n-75-2014-sistema-universidade-aberta-do-brasil-uab>>. Acesso em: 12 jun. 2018

BRASIL. EDITAL DE SELEÇÃO UAB nº. 01/2006-SEED/MEC/2006/2007 Segunda Chamada Pública para Seleção de Pólos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para o “Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB”. Disponível em: <<https://www.nead.ufsj.edu.br/portal/images/docs/edital2006.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Edital Nº 02/2018 - Professores formadores bolsistas – UAB. Salvador: Instituto Federal da Bahia (IFBA). Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/processos-seletivos/bolsistas/2018/ead-uab/edital-02-2018-bolsistas-uab/>>. Acesso em: 15 set 2018.

BRASIL. EDITAL Nº 05, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO. Salvador: Instituto Federal da Bahia (IFBA). Disponível em: <[https://portal.ifba.edu.br/salvador/processos-seletivos/docentes/substituto/2018/edital052018/edital\\_052018\\_retificado.pdf](https://portal.ifba.edu.br/salvador/processos-seletivos/docentes/substituto/2018/edital052018/edital_052018_retificado.pdf)>. Acesso em: 10 set 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 20 set 2018.

BRASIL. Lei nº 6.344, de 6 de Julho de 1976. Cria o Centro de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6344-6-julho-1976-357702-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 20 set 2018.

BRASIL. LEI Nº 8.711, DE 28 DE SETEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/l8711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8711.htm)>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm) >. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2020. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. >. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) >. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 200. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. ). Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 547/69. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0547.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0547.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm)>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto) >. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm)>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016. Política de Assistência Estudantil e do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/proen/resolucoes/resolucao-no-25-de-23-de-maio-de-2016/>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Resolução do CONSUP/IFBA n. 30, de 12 de dezembro de 2017. Política de Assistência Estudantil e do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Disponível em: <

<https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/proen/resolucoes/resolucao-no-25-de-23-de-maio-de-2016/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. Resolução CONSUP n. 25/2016. Política de Assistência Estudantil e do Documento Normativo da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Disponível em:< <https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/proen/resolucoes/resolucao-no-25-de-23-de-maio-de-2016/view>>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Resolução CONSUP/IFBA Nº 17, de 27 de agosto de 2012. Regimento do Núcleo Docente Estruturante - NDE Cursos de Graduação. Disponível em:< <https://portal.ifba.edu.br/proen/departamentos/departamento-de-ensino-superior/resolucao-17-2012-resolucao-nde-ifba.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Resolução IFBA/CONSUP nº 23, DE 16 de maio de 2019. Normas Acadêmicas do Ensino Superior do IFBA. Disponível em:< [https://portal.ifba.edu.br/institucional/consepe/resolucoes/resolucao-n-23-de-2019\\_normas-academicas-do-ensino-superior-do-ifba.pdf/view](https://portal.ifba.edu.br/institucional/consepe/resolucoes/resolucao-n-23-de-2019_normas-academicas-do-ensino-superior-do-ifba.pdf/view)>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Resolução IFBA/CONSUP nº 36 de 29 de julho de 2013. Aproveitamento estudos internacionais. Disponível em:< <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2013/resolucao-36-2013-aproveitamento-estudos-internacionais.pdf/view>>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017. Disponível em:< <https://portal.ifba.edu.br/proen/departamentos/permanencia-assistencia-estudantil/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia-4.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. Relatório do CNE (BRASIL, 2007). Relatório de Gestão. Disponível em:< [https://www.gov.br/mec/ptbr/media/auditorias/processos\\_cne/relatorio\\_gestao\\_cne\\_mec\\_2007.pdf](https://www.gov.br/mec/ptbr/media/auditorias/processos_cne/relatorio_gestao_cne_mec_2007.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2004. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Portaria nº 476, de 19 de fevereiro de 2019. Autoriza a transferência de recursos ao Município de Mangaratiba-RJ, para a execução de ações de Defesa Civil. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-476-de-9-de-marco-de-2020-247020951>>. Acesso em: 15 out. 2018.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação Mediadora: Uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento*. Disponível em: <[http://www2.ufpel.edu.br/crm/pgl/diversos/avaliacao\\_mediadora.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/crm/pgl/diversos/avaliacao_mediadora.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

IFBA. Resolução de 2007 que aprova as Normas Acadêmicas do Ensino Superior. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/proen/doc/resolucao-de-2007-normas-academicas-do-ensino-superior.pdf/view>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IFBA. Projeto Pedagógico Institucional (2013). Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2020.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 74, v. 22, p. 77-96, abr. 2001.

NÓVOA, A. Professor se forma na escola. *Revista Nova Escola*, São Paulo, n.142, maio 2001. Entrevista concedida a Paola Gentile.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMÃO, José Eustáquio. AVALIAÇÃO DIALÓGICA: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2003. (5.<sup>a</sup> edição, ampliada com um Posfácio).

SANTOS, Edméa; WEBER, Aline. Diário online, cibercultura e pesquisa-formação multirreferencial. In: SANTOS, Edméa (org). *Diário online – dispositivo multirreferencial de pesquisa formação na cibercultura*. Santo Tirso/Pt: Whitebooks, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: O saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Práxis).

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

TOKARNIA, Mariana. Quase 40% dos professores no Brasil não têm formação adequada. *Agência Brasil*, Brasília, 28 mar. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/quase-40-dos-professores-no-brasil-nao-tem-formacao-adequada>>. Acesso em 28 jul. 2020.

VALLADARES, Jaqueline S. de O., NONATO, Emanuel. SALES, Maryvalda. DUTRA, Marlene. **Consórcio: Estratégia de implantação de políticas públicas em EAD**. ABED: 2007

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria coordenada educação: ensino médio**. Instituto Rui Barbosa. Tribunal de Contas da União. Brasília, TCU, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

KUENZER, Acácia. Palestra Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In.: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Seminário Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

FARTES, V.; MOREIRA, V. C. Instituto Federal da Bahia, 1909-2009: uma história em permanente reconstrução. In. \_\_\_\_\_. *Cem Anos da Educação Profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009

LOBO NETO, F.J.S. O discurso sobre tecnologia na “tecnologia” do discurso: discussão e formulação normativa da educação profissional no quadro da lei de diretrizes e bases da educação de 1996. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.



# Apêndices

## Apêndice A: Ementário/Ementas do Ciclo Um

### CICLO UM

O CONTEXTO DO CURSO: INTRODUÇÃO A EAD		Carga Horária (h)	Créditos		
Teórica		15	1		
Prática		15	1		
Total		30	2		
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de	
<p><b>Ementa:</b></p> <p>A modalidade de Educação a Distância: aspectos histórico-filosóficos, características, concepções. Fundamentos legais da educação a distância no Brasil. Mídias interativas e Ambientes virtuais de Ensino-aprendizagem. Constituição de comunidades virtuais de aprendizagem. Organização de situações de aprendizagem na EAD: possibilidades didáticas e metodológicas.</p>					
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>PETERS, O. <b>Didática do Ensino a Distância</b>. São Leopoldo: Unisinos, 2001. (PPC ead)</p> <p>SILVA, Marco. (Org). <b>Educação Online</b>. São Paulo: Loyola, 2003. (PPC ead)</p> <p>SILVA, Marco e SANTOS, Edméa (Org). <b>Avaliação da aprendizagem em educação Online</b>. São Paulo, Loyola, 2006. (PPC ead)</p>					
<p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>BELLONI, M.L. <b>Educação a distância</b>. Campinas, Editora Autores Associados, 2001. (PPC ead).</p> <p>NISKIER, Arnaldo. <b>Educação a distância</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.(PPC ead).</p> <p>BIANCONCINI DE ALMEIDA, Maria Elizabeth. <b>Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem</b>. São Paulo, BR: Red Educação e Pesquisa, 2006. ProQuest ebrary. Web. 8 February 2017. (PPC ead).</p>					

<b>GESTÃO EM EDUCAÇÃO</b>		<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Créditos</b>	
Teórica		45	2	
Prática		15	1	
TOTAL		60	4	
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>
<b>Ementa:</b>				
Aspectos histórico-filosóficos da Gestão em Educação. A gestão da escola básica e os princípios da Democracia e da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A organização do trabalho escolar. O Projeto Político Pedagógico. Gestão e Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica: planejamento, avaliação e financiamento da educação.				
<b>Bibliografia básica:</b>				
DAVIS, Cláudia; VIEIRA, Sofia Lerche (org.). <b>Gestão da escola: desafios a enfrentar</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.				
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação Escolar: políticas, estruturas e organização</b> . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.				
LUCK, Heloísa. <b>Concepções e processos democráticos de gestão educacional</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão).				
<b>Bibliografia Complementar:</b>				
SAVIANI, D. . <b>Educação brasileira: estrutura e sistema</b> . 10. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2008. v. 1. 208p . (PPC Geografia)				
LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. <b>Avaliação educacional: desatando e reatando nós</b> . Edufba: 2009. ISBN 9788523206543. .Disponível em: < <a href="https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf">https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf</a> >. Acesso em: 9 fev. 2017.				

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PENSANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		Carga Horária (h)	Créditos	
Teórica		45	3	
Prática		15	1	
TOTAL		60	4	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
<b>Ementa:</b>				
<p>Estudo e análise da organização do sistema educacional brasileiro, considerando os aspectos históricos, administrativos, políticos, didáticos e financeiros. As políticas públicas contemporâneas de educação. Política e Legislação da Educação Profissional técnica e tecnológica. Articulação da Educação Profissional e Tecnológica com os diferentes níveis de ensino e com outras modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância.</p>				
<b>Bibliografia básica:</b>				
<p>LIBÂNEO, José Carlos. João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</b>. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SAVIANI, D. <b>Educação Brasileira: estrutura e sistema</b>. 10. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008, v.1, 208p.</p> <p>PACHECO, Eliezer, <b>Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica</b>. São Paulo, Editora Moderna, 2011. ISBN 978-85-16-07375-6. Disponível em: &lt;<a href="https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799">https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799</a>&gt;. Acesso em: 09 fev. 2017.</p>				
<b>Bibliografia Complementar:</b>				
<p>FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria A.M.; FIDALGO, Nara L. R. (Org.) <b>Educação profissional e a lógica das competências</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</p> <p>PACHECO, Eliezer (Org.). <b>Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais</b>. São Paulo: Moderna, 2012. ISBN 978-85-16-06020-6. Disponível em: &lt;<a href="https://issuu.com/ed_moderna/docs/perspectivas?e=2064801/3253467">https://issuu.com/ed_moderna/docs/perspectivas?e=2064801/3253467</a>&gt;. Acesso em: 9 fev. 2017.</p> <p>SARMENTO, Diva Cheaves (Org). <b>Sistemas de educação no Brasil</b>. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.</p>				

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez.

SHIROMA, Eneida Oto, *et al.* **Política educacional**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção: O que você precisa saber sobre).

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)		Créditos
Teórica		45		3
Prática		15		1
TOTAL		60		4
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
<p><b>Ementa:</b> Fundamentos da Filosofia e suas relações com a Educação Profissional e Tecnológica. Noções de socialização, de organização, de estrutura, de mudança, de instituições e de processos sociais básicos, grupos e classes sociais, com vistas ao estudo da relação entre educação e sociedade. Teorias e abordagens do processo ensino-aprendizagem (Inatismo, Empirismo, Humanística, Comportamental, Cognitiva e Sócio-interacionista): implicações na prática educativa do professor da EBTT.</p>				
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <b>Filosofia da educação</b>. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 327 p. ISBN 8516051390.</p> <p>SALVADOR, Cesar Coll (Org.). <b>Psicologia da educação</b>. Porto Alegre: Artmed, 2007. 209 p. ISBN 9788573076011.</p> <p>PILETTI, Nelson. <b>Sociologia da educação</b>. 18. ed. São Paulo: Ática, 2002. 264 p. (Educação). ISBN 8508052413.</p>				
<p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. <b>Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula</b>. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009. 290 p. ISBN 978-85-204-2840-5.</p> <p>VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. <b>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem</b>. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. 228 p. (Educação Crítica). ISBN 978-85-274-0046-6.</p> <p>GADOTTI, Moacir. <b>Concepção dialética da educação/ um estudo introdutório</b>. 15. ed. Brasília: Cortez, 2006. 182 p. ISBN 8524902434</p> <p>ALTHUSSER, Louis. <b>Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)</b>. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012. 128p. (Biblioteca de</p>				

Ciências Sociais; 25). ISBN 9788570380739.

BOCK, ANA M. BAHIA; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi.

**Psicologias: Uma introdução ao estudo da Psicologia.** 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p. ISBN 978850207851.

DONGO-MONTOYA, Adrián Oscar, *Teoria da aprendizagem na obra de Jean Piaget*, Editora UNESP, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

ESTÁGIO		Carga Horária (h)		Créditos	
<b>SUPERVISIONADO I</b> (Atividade em exercício do ciclo I)					
Teórica		15		1	
Prática		85		5	
TOTAL		100		6	
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>	
<b>Ementa:</b>					
A gestão escolar: características da organização, estratégias de investigação, modelos de intervenção e suas implicações pedagógicas, sócio-culturais e históricas. A gestão compartilhada e coletiva no espaço escolar. O colegiado, os conselhos escolares e a gestão pedagógica e administrativa da escola. Importância do projeto pedagógico na gestão escolar. Perspectivas de pesquisas e de investigação acerca dos rituais e da dinâmica pedagógica na formação do gestor e do educador da Educação Profissional.					
<b>Bibliografia básica:</b>					
DAVIS, Cláudia; VIEIRA, Sofia Lerche (org.). <b>Gestão da escola: desafios a enfrentar.</b> Rio de Janeiro: DP&A, 2002.					
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação Escolar: políticas, estruturas e organização.</b> 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.					
LUCK, Heloísa. <b>Concepções e processos democráticos de gestão educacional.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão).					
<b>Bibliografia Complementar:</b>					
SAVIANI, D. . <b>Educação brasileira: estrutura e sistema.</b> 10. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2008. v. 1. 208p.					
LORDÉLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. <b>Avaliação educacional: desatando e reatando nós .</b> Salvador: Edufba, 2009. ISBN 9788523206543. Disponível em: < <a href="https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf">https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf</a> >. Acesso em: 9 fev.2017.					

**Apêndice B: Ementário/Ementas do Ciclo dois**

<b>CICLO DOIS</b>				
<b>PRÁXIS PEDAGÓGICA DO PROFESSOR EBTT</b>		<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Créditos</b>	
Teórica		30	2	
Prática		30	2	
TOTAL		60	4	
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>
<p><b>Ementa:</b></p> <p>Tendências pedagógicas liberais (tradicional, progressivista, não-diretiva e tecnicista). Tendências pedagógicas progressistas (libertadora, libertária, crítico-social dos conteúdos e sociointeracionista). Planejamento de ensino no cotidiano do professor EBTT: O planejamento didático e o trabalho docente nos diferentes níveis e modalidades de educação profissional e tecnológica. A práxis Pedagógica do professor EBTT no PROEJA. Estratégias para organização de atividades didático-pedagógicas. A transposição didática e o trabalho docente. Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africanas. Educação Ambiental. Educação em Direitos Humanos. Pessoas com deficiência.</p>				
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições</b>. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 271 p. ISBN 9788524917448.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Didática</b>. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013. 288 p ISBN 9788524916038.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <b>Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico</b>. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010. 205 p. ISBN 978858581907-1.</p> <p>PACHECO, Eliezer (Org.). <b>Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica</b>. São Paulo: Moderna, 2011. ISBN 978-85-16-07375-6. Disponível em: &lt;<a href="https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799">https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799</a>&gt;. Acesso em: 9 fev. 2017.</p>				
<p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. <b>Didática e interdisciplinaridade</b>. 16. ed. Campinas:</p>				

Papirus, ISBN 853080502X.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 5.ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2010. 333 p. ISBN 9788524905957.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. 319 p. ISBN 85-08-04436-4.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). **As Dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. 8. ed. Campinas : Papirus, 2010. 256 p. ISBN 8530806565 (broch.)

ALBUQUERQUE, S. L. Implicações à formação e à identidade pedagógica de professores da Educação Profissional. In: FARTES, V. (org). **Formação, saberes profissionais e profissionalização em múltiplos contextos**. Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL, p. 43-78. 2008.

MARTINS, L.M.; DUARTE, N., (orgs.) **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

CURRÍCULO E A PRÁTICA DO PROFESSOR EBTT		Carga Horária (h)	Créditos	
Teórica		30	2	
Prática		15	1	
TOTAL		45	3	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
<p><b>Ementa:</b> Currículo: diretrizes e concepções. A produção de teorias de currículo e sua ressonância nos processos educativos. Currículo, interdisciplinaridade, transversalidade e transdisciplinaridade. As dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional na perspectiva do Currículo Integrado. Políticas públicas de currículo para a educação profissional: discurso e estratégias de implementação. Direitos humanos e diversidades étnico-racial no currículo da Educação Profissional. Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africanas.</p>				
<p><b>Bibliografia básica:</b></p>				
<p>APPLE, Michael W. <b>Ideologia e currículo</b>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p. ISBN</p>				



9788536305981.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo e processos formativos: experiências, saberes e culturas**. Bahia: Editora EDUFBA, 2012. ISBN:978-85-232-1017-5 Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16737>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 154 p. ISBN 978-85-86583-44-5.

### **Bibliografia Complementar:**

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo formação em ato?:** para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação. Ilhéus, BA: Editus, 2011. 170 p. :il. ISBN 978857.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. 280 p.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. ISBN 978-85-16-07375-6.

Disponível em:

<[https://issuu.com/ed\\_moderna/docs/institutos\\_federais?e=2064801/2815799](https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799)>. Acesso em: 9 fev. 2017.

SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de Fartes; BUENO, Vera Lúcia. **Currículo, formação e saberes profissionais**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1046>>.

Acesso em: 10 fev. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 237p. (Coleção estudos culturais em educação). ISBN 978853261497-1.

<b>EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE: CENÁRIOS DA PRÁTICA DO PROFESSOR EBTT</b>		<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Créditos</b>
Teórica		15	1
Prática		15	1
TOTAL		30	2
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>
<b>Departamento de</b>			
<b>Ementa:</b>			
Concepções e fundamentos da Educação no pensamento contemporâneo. O conceito de diversidades e a sua incidência no mundo contemporâneo e no contexto da prática do			

professor EBTT. Novas paisagens na contemporaneidade: as diversidades de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e direitos educacionais de adolescentes e de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Políticas educacionais para o atendimento às diversidades. Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africanas. Educação Ambiental. Educação em Direitos Humanos.

#### **Bibliografia básica:**

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (PPC Geografia)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis- RJ: Vozes. 1997 (e-book). Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

BRASIL. **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. 170 p. (Programa diversidade na Universidade; Coordenação: Marise Nogueira Ramos; Jorge Manoel Adão; Graciete Maria Nascimento Barros). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002114.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

#### **Bibliografia Complementar:**

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).

KASSAR, Monica de C. M. **Diálogos com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade**. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Mec/secad; Unesco, 2007. (Educação para todos). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 9 fev.2017 .

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 154 p. ISBN 978-85-86583-44-5.

<b>TECNOLOGIAS APLICADAS A EDUCAÇÃO</b>		<b>Carga Horária (h) 40</b>	<b>Créditos</b>	
Teórica		15	1	
Prática		15	1	
TOTAL		30	2	
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>

**Ementa:**

Educação e tecnologias da comunicação e da informação: problematização da técnica e da tecnologia. Utilização das tecnologias da comunicação e da informação no processo ensino-aprendizagem. Constituição de comunidades virtuais de aprendizagem. Implicações pedagógicas e sociais do uso das redes digitais na educação.

**Bibliografia básica:**

COSCARELLI, Carla Viana (Org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 143 p. (Coleção leitura, escrita e oralidade).

LITWIN, Edith. **Tecnologia educacional: políticas, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. 203 p.

**Bibliografia Complementar:**

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 270 p. (Coleção trans).

TENÓRIO, Robinson Moreira. **Cérebros e computadores: a complementaridade analógico-digital na informática e na educação**. São Paulo: Escrituras, 2001.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias digitais na educação** (Org.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. ISBN:9788578791247. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo (org.). **Docência em ambientes de aprendizagem online**. Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN:9788523211844. Disponível em Acesso em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca, **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. 978-85-232-0840-0. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/4859>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		Carga Horária (h) 40	Créditos
Teórica		30	2
Prática		15	1
TOTAL		45	3
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Departamento de

			<b>Requisito:</b>	
<b>Ementa:</b>				
Avaliação do processo ensino-aprendizagem na prática do professor EBTT, nos diferentes níveis e modalidades de educação profissional e tecnológica. Pressupostos epistemológicos, históricos e filosóficos da avaliação e suas implicações. Concepções de avaliação.				
<b>Bibliografia básica:</b>				
HOFFMANN, Jussara. <b>Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade</b> . 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 157 p.				
LUCKESI, Cipriano C. <b>Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições</b> . 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 180 p.				
FELDENS, Dinamara Garcia. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. BORGES, Fabrícia Teixeira (Org.). <b>Formação de professores e processos de aprendizagem: rupturas e continuidades</b> . Salvador: Edufba, 2011. 330 p.				
<b>Bibliografia Complementar:</b>				
CARVALHO, Mirtes Gonçalves Honório de. CARVALHO, Marlene Araújo. <b>Avaliação da aprendizagem: uma evolução histórica</b> . Disponível em: < <a href="http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT10_5_2002.pdf">www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT10_5_2002.pdf</a> >. Acesso em: 1 dez. 2013.				
DEPRESBITERIS, Léa. <b>Avaliação da Aprendizagem do Ponto de Vista Técnico-Científico e Filosófico - Político</b> . Disponível em: < <a href="http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf">http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf</a> > Acesso em: 1 dez. 2013.				
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. <b>Ensino: as abordagens do processo</b> . São Paulo: EPU, 1986. 119 p. (Temas Básicos de Educação).				
PERRENOUD, Philippe. <b>Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas</b> . Tradução por Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Disponível em: < <a href="http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ142.htm">http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ142.htm</a> >. Acesso em: 1 dez. 2013.				
ZABALA, Antoni. <b>A prática educativa: como ensinar</b> . Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. (Biblioteca Artmed)– Fev 2004.				

<b>ESTÁGIO</b>	<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Créditos</b>
<b>SUPERVISIONADO II</b>		
<b>(Atividade em exercício)</b>		

<b>do ciclo II)</b>				
Teórica		15		1
Prática		85		5
TOTAL		100		6
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré- Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>
<b>Ementa:</b>				
<p>O planejamento didático e o trabalho docente. Estratégias para organização de atividades didático-pedagógicas. Planejamento, execução, acompanhamento de atividades de ensino. Experiências em diferentes espaços do ensino: salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, entre outros. Perspectivas de pesquisas e de investigação acerca dos rituais e da dinâmica pedagógica nos processos de ensinar e de aprender na Educação Profissional.</p>				
<b>Bibliografia básica:</b>				
<p>LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições</b>. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <b>Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico</b>. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010.</p>				
<b>Bibliografia Complementar:</b>				
<p>CANDAU, Vera Maria. (org.), <b>Didática, currículo e saberes escolares</b>. Rio de Janeiro, DP&amp;A, 2000.</p> <p>FÁVERO, O.; IRELAND, T.d. (Org.). <b>Educação como exercício de diversidade</b>. Brasília: Mec/secad; Unesco, 2007. (Educação para todos). Disponível em: &lt;<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=647-vol7div-pdf&amp;Itemid=30192">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=647-vol7div-pdf&amp;Itemid=30192</a>&gt;. Acesso em: 09 fev. 2017.</p> <p>KASSAR, Mônica de C. M. <b>Diálogos com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade</b>. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.</p> <p>IMBERNÓN, F. <b>Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Didática</b>. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de Fartes; BUENO, Vera Lúcia. <b>Currículo, formação e saberes profissionais</b>. Disponível em: &lt;<a href="https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1046">https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1046</a>&gt; Acesso em: 10 fev. 2017.</p>				

### Apêndice C: Ementário/Ementas do Ciclo três

#### CICLO TRÊS

LIBRAS		Carga Horária (h)		Créditos	
Teórica:		30		2	
Prática:		30		2	
TOTAL		60		4	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de	
<b>Ementa:</b>					
<p>História, língua, identidade e cultura surda, linguagem corporal e expressão. Visão clínica e sócio antropológica da surdez. Abordagens educacionais para surdos. Aspectos linguísticos: noções básicas de fonologia, de morfologia, de semântica e de pragmática da língua de sinais. Vocabulário básico das Libras. Pessoa com Deficiência.</p>					
<b>Bibliografia básica:</b>					
<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. <b>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira</b>. 3. ed. São Paulo: USP, 2008. V.1. 01 ex.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. <b>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira</b>. 3. ed. São Paulo: USP, 2008. V.2. 01 ex.</p> <p>FELIPE, Tânia A. <b>Libras em contexto</b>. Brasília: MEC/SEESP, 2007.</p> <p>GOLDFELD, Márcia. <b>A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista</b>. São Paulo: Plexus, 1997.</p> <p>KARNOPP e QUADROS. <b>Língua de Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SÁ, Nídia Regina de. <b>Cultura, poder e Educação de surdos</b>. São Paulo: Paulinas, 2006.</p> <p>STROBEL, Karin. <b>As imagens do outro sobre a cultura surda</b>. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.</p>					

**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Lei n.º.10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25.4.2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23. dez .2005.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)	Créditos		
Teórica		30	2		
Prática		15	1		
TOTAL		45	3		
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b> 3º	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>	
<b>Ementa:</b>					
Essa disciplina propõe atuar em temas diversificados, visando ao aprofundamento de questões educacionais transversais e curriculares. Entre esses temas: Diversidade e desigualdades no campo da educação; Educação em direitos humanos; Relações de Gênero; Sexualidade; Interseccionalidade; Pedagogia engajada; Meio Ambiente; Pessoas com deficiência; Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africanas.					
<b>Bibliografia básica:</b>					
SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). <b>Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.</b> Brasília, MEC/SECAD/UNESCO, 2009. cap. 5.					
ARAUJO, Eliza de Souza Silva. Professores e Alunos em Processo de Aprendizagem e de Liberdade: a Pedagogia Engajada de Bell Hooks. <b>Revista Artemis</b> , v. 21, n. 1, 2016.					
ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. <b>Educ. Soc.</b> , Campinas, v.31, n.113, pp.1381-1416, 2010.					

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. **Educ. Soc.** [online]. Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

#### **Bibliografia Complementar:**

GOMES, Nilma Lino. Apresentação. Desigualdades e diversidade na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaio sobre a sexualidade e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n.20, jul.-dez. 1995.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e as massas: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, p. 87-144, 1999.

<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>		<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Créditos</b>	
Teórica		15	1	
Prática		30	2	
TOTAL		45	4	
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>

#### **Ementa:**

Conceitos, marcos históricos e socioculturais. Princípios e Fundamentos da Educação Inclusiva. Aspectos legais e documentos básicos para inclusão. Caracterização, Avaliação e identificação das necessidades educacionais específicas das pessoas com Deficiência, Transtorno Global do desenvolvimento, Autismo e Altas Habilidades/ superdotação . O Atendimento Educacional Especializado e a formação de redes de apoio.

#### **Bibliografia básica:**

DINIZ, D. **O que é deficiência?** Brasiliense: São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean-Robert (org) **Novas Luzes sobre a inclusão escolar ?** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



SKLIAR, C. (Org.). **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

#### Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7. jul .2015.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Resolução 4 CNE/CB de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2009b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 14 Dez. 2013.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO (TCC/PROJETO DE INTERVENÇÃO)		Carga Horária (h)	Créditos	
Teórica		15	1	
Prática		15	1	
TOTAL		30	2	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de

#### Ementa:

O ambiente escolar como campo de pesquisa. A pesquisa da prática docente. Construção do Projeto de Intervenção Pedagógica nos ambientes formativos do Instituto.

#### Bibliografia básica:

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. Cortez. SP. 2001.

GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. de Aguiar. **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Pesquisar a Experiência: compreender/mediar saberes experienciais**. Curitiba, PR: CRV, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim (org). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, Marli (Org). **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995

FAZENDA, Ivani. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, R.L. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUDKE, Menga. **O professor e a pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

OLIVEIRA, I.B.; ALVES, N. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTÁGIO		Carga Horária (h)		Créditos
<b>SUPERVISIONADO III(I)</b> <b>(Atividade em exercício do ciclo III)</b>				
Teórica		15		1
Prática		85		5
TOTAL		100		6
<b>Obrigatória</b>	<b>Código:</b>	<b>Período:</b>	<b>Pré-Requisito:</b>	<b>Departamento de</b>

**Ementa:**

A intervenção no trabalho docente. Modos de pesquisar a ação pedagógica. Pesquisa da prática como ação de atualização das teorias e da prática. Projeto de Intervenção.

**Bibliografia básica:**

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Transposição Didática: por onde começar?**. SP: Editora Cortez, 2011

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. ed. SP: Editora Cortez, 2010.

LUDKE, Menga. **O professor e a pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

FAZENDA, Ivani C. A. (org.) **Didática e interdisciplinaridade**. São Paulo: Papyrus, 2008.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRÉ, Marly. **O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. de Aguiar. **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).

MACEDO, Roberto Sidnei. **Pesquisar a Experiência: compreender/mediar saberes experienciais**. Curitiba, PR: CRV, 2015.